

## CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E – CONEC

### 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 2021/2023

1 **ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **CULTURA-CONEC, 2021 A 2023.** Ao terceiro dia do mês de Agosto do ano de 2022,  
3 às 14h, reuniram-se, de forma presencial e virtual, na Sala de Cinema do Palácio da  
4 Justiça, situado a Avenida Eduardo Ribeiro, nº 901 – Centro, Manaus, Amazonas, CEP  
5 69-400-901. Conforme ofício de convocação nº 006/2022-GP/CONEC, de 05 Junho de  
6 2022, e atingido o quórum mínimo, declarou aberta a 7ª sessão ordinária do Conselho  
7 Estadual de Cultura-CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17  
8 de março de 2021, assumiu o exercício da função de presidente na ausência da  
9 presidência nesta sessão o senhor **Luiz Carlos de Matos Bonates** e convocou o  
10 secretário geral, conselheiro **Everaldo Barbosa**, nos termos do regimento interno, para  
11 auxiliá-los nos trabalhos e para compor essa mesa diretora, convocou ainda a sra.  
12 Symone Farias, da equipe de apoio. Composta a mesa diretora, solicitou ao secretário  
13 geral que informasse o quórum deste dia. Informou que encontram-se  
14 **presencialmente**, além dos membros da mesa diretora, que representam as cadeiras  
15 da Secretaria de Cultura e da Música, os seguintes membros do conselho, **com direito**  
16 **a voto:** Luiz Carlos de Matos Bonates, vice-presidente deste conselho, João Bosco  
17 Borges Pereira, Representantes das Secretarias Municipais de Cultura do Amazonas,  
18 o conselheiro Marcos André Durand Pereira, representante de Dança. O conselheiro  
19 Elson Silva da Rocha, conselheiro do Folclore e Carnaval, Wellisson Brito Batista,  
20 representante da Cultura Afrodescendente, Everaldo dos Santos Barbosa, Música,  
21 Jordania Damasceno Galdino, conselheira do Teatro, Michell Mello ainda não chegou,  
22 Joníferson Vieira da Silva, o conselheiro da SEDUC. **Os membros que estão online,**  
23 o conselheiro Vanderley Pinheiro, representante do Circo, a conselheira Lucimar  
24 Bezerra Marques, conselheira da Cultura Popular de Matriz Ibérica, está presente  
25 também, conselheiro de Itacoatiara, do segmento da Literatura, Max Deulen Baraúna  
26 Nogueira, conselheiro de Cultura do poder público Fabiano Cardoso de Oliveira,  
27 representando a Universidade do Estado do Amazonas, a conselheira Rosângela  
28 López Alanís, conselheira da SUFRAMA e **como convidados presencialmente**, o  
29 senhor Zenilton de Souza Ferreira, representando a FEI que não chegou, a senhora  
30 Anne Paiva da assessoria jurídica da Secretaria de Cultura. **Convidados suplentes**  
31 **que estão aqui presencialmente**, o senhor Adail Munduruku, da Cultura Indígena. E  
32 tem também alguns **suplentes online:** Ayslan Nascimento de Almeida da Cultura  
33 Afrodescendente, e o senhor Manoel Frank Silva de Matos, da Cultura Popular de  
34 Matriz Ibérica. Este é o quórum. O presidente agradeceu a presença de todos e dando  
35 início aos trabalhos dessa plenária, passou a palavra novamente ao Secretário Geral  
36 para ler o **EXPEDIENTE: o secretário geral informou que** receberam da maioria dos  
37 conselheiros os seus comentários sobre as atas passadas e elas serão corrigidas e  
38 apresentadas para aprovação na próxima reunião plenária. A carteira de identificação  
39 e o crachá do CONEC serão entregues hoje, juntamente com o termo de  
40 responsabilidade de uso, que já receberam. Foi apresentado pelo conselheiro titular do  
41 Audiovisual, senhor Geliel Carvalho, a sua renúncia ao cargo, a qual foi concedida e

42 será encaminhada para o governador a indicação de quem irá substituí-lo. Receberam  
43 também a carta convite número 001/2022, da conselheira titular de Cultura Popular de  
44 Matriz Ibérica, senhora Lucimar Marques, convidando para o 32º Festival Folclórico de  
45 Barreirinha, que ocorrerá nos dias 25, 26 e 27 de agosto, no Centro Cultural João  
46 Bezerra dos Santos, o Touródromo naquele município. Em face de incompatibilidade  
47 de agenda, ainda não ocorreu a reunião do presidente do CONEC com o subsecretário  
48 de Esporte e Lazer do município de Manaus, que solicitou pauta sobre o espaço Parque  
49 Municipal Cidade da Criança. Em face de sobrecarga de agenda, o conselheiro  
50 suplente da cadeira da SEC, senhor Kaká Bonates, presidente do grupo de trabalho,  
51 que irá analisar as propostas e sugestões levantadas para o Plano Estadual de Cultura,  
52 não pôde marcar a primeira reunião para estudo. Informou que ainda estão aguardando  
53 a nomeação dos novos representantes da Fundação Estadual do Índio, FEI, e o novo  
54 titular da AMAZONASTUR, Sr. Gustavo de Araújo Sampaio. Informou que a SEJUSC  
55 indicou o nome da sua nova representante titular, Sra. Clara Luiza da Silva Cabral hoje  
56 presente como convidada e seu nome já foi encaminhado para nomeação pelo  
57 governador. Informou que estão recebendo a visita da doutora Anne Paiva Alencar,  
58 assessora jurídica da SEC, que veio acompanhando o assessor Thiago Hermido, para  
59 apresentarem a Lei Paulo Gustavo. **Sem mais nada para o expediente**, passou para  
60 as **PROPOSIÇÕES** indicadas na pauta para esta reunião. Informou que chegou à mesa  
61 diretora a proposição da conselheira Jordania Damasceno Galdino, da cadeira de  
62 Teatro, para a inclusão de uma pauta sobre o apoio às setoriais e projetar para o  
63 interior. Concedeu a voz para que a conselheira apresente um resumo da sua proposta  
64 para análise de todos. **A conselheira Jordania Damasceno** solicitou essa pauta por  
65 que está precisando dessa ajuda de custo, dessa questão das setoriais que ainda não  
66 estão sendo realizadas, ainda está em estudo essa demanda que já tem uns 2 meses  
67 que pediu do próprio presidente Marcos Apolo. Como é o senhor Bonates que está  
68 presidindo aqui hoje, pediu para que possam debater da melhor forma possível, como  
69 poderão solucionar, como está sendo também a questão desse apoio, não só para as  
70 setoriais locais, mas também as setoriais do interior. Muitos conselheiros estão fazendo  
71 as suas reuniões setoriais no interior, devido à conflitos de agenda, precisa também  
72 desse apoio no interior. Tem dois conselheiros representantes do interior, que precisam  
73 desse apoio. **O conselheiro Elson Rocha comentou** sobre a demanda da conselheira  
74 Jordania e explicou que a preocupação vem de uma demanda, de uma solicitação de  
75 correção da questão do JETON. Entrou o período eleitoral agora e não pode caminhar.  
76 Porém, o exercício de conselheiro continua e hoje está completamente impossível.  
77 Informou que teve o convite para fazer uma reunião em Manacapuru, mas não tem  
78 recurso para representar o seu exercício da função de conselheiro. Não tem como ir  
79 em Manacapuru diante do que se ganha, e gastar 2 vezes do que ganha em uma única  
80 viagem. Então, para exercer a função de conselheiro, diante da grandiosidade que é o  
81 Estado do Amazonas, é completamente impossível com o recurso que é repassado, é  
82 precisa ter apoio. E essa logística precisa ter um teto também, porque o Estado trabalha  
83 com um teto. Então, que os conselheiros possam ter um teto a atingir todo mês para  
84 que também não vire uma posição de férias achando que tem que ir em todas as  
85 cidades. E aí, precisa discutir para ver se há possibilidade ou não, de o conselheiro ter  
86 esse apoio do próprio conselho ou até mesmo da Secretaria. **O presidente em**

87 **exercício respondeu que** devido à relevância dessa questão, que já foi debatida  
88 algumas vezes aqui, e que não vem ao caso por causa da pauta do dia. Colocou em  
89 votação para inclusão de pauta numa reunião futura para que a conselheira possa  
90 apresentar a sua proposta com mais detalhes para debate pelo plenário. Então, seria  
91 uma reunião exclusiva para isso, inclusive, para que venha a própria SEC, já traria os  
92 impedimentos legais que possam ocorrer com isso. **O conselheiro André Durand**  
93 **disse que** se atentando ao regimento interno, o qual contribuiu, gostaria de pedir uma  
94 moção para mudança de tópico e que continuassem na discussão do assunto da  
95 conselheira de Teatro, com a ressalva do conselheiro de Folclore e Carnaval. **O**  
96 **presidente em exercício** propõe a votação primeiro porque a temática de hoje seria  
97 exatamente a questão da Lei Paulo Gustavo. Informou que essas duas pessoas estão  
98 aqui para explicar a questão dessa Lei (referindo-se ao Thiago Hermido e a senhora  
99 Anne Paiva), pois acredita, inclusive, com ausência do presidente aqui, talvez seja meio  
100 inócuo, porque ele que decide essas questões. Colocou em votação pelo plenário a  
101 aprovação da proposta da conselheira Jordania para que seja colocada em uma  
102 reunião, na próxima reunião, só para discutir essa pauta. Pediu para levantarem a mão  
103 quem for favorável. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** é favorável à aprovação. **O**  
104 **presidente em exercício** perguntou se há abstenções. Agora o seu voto na proposta  
105 que foi colocada. Então fica inclusivo para uma próxima reunião o mais rápido possível,  
106 porque talvez na próxima reunião ordinária possam tratar desse assunto. **O**  
107 **conselheiro André Durand pediu** questão de ordem e continua ainda, baseado no  
108 regimento interno, do qual os gabarita, os responsabiliza, que o presidente leve em  
109 consideração a moção para mudança de tópico. **O presidente em exercício**  
110 **respondeu que** a mesa diretora não vai acatar isso porque tem uma pauta pré-  
111 determinada, votada agora pela maioria. **O conselheiro André Durand falou que**  
112 considerando a fala do presidente deste conselho, Marcos Apolo, é importante saber,  
113 um importante participar da sociedade civil, nessa fala, pediu que o presidente acatasse  
114 o uso do regimento interno. **O presidente Kaká enfatizou que** está dentro do  
115 regimento interno, porque tem uma pauta já estabelecida, a proposta de mudança de  
116 pauta foi votada e não foi acatada. A maioria decidiu isso. **O conselheiro Durand**  
117 **pediu para o presidente** reformular a votação. **O presidente Kaká perguntou** por que  
118 a votação? **O conselheiro Durand respondeu** a votação, a pergunta, o presidente  
119 vai ver que uma boa parte da sociedade civil não se manifestou a favor da fala do  
120 presidente da mesa. **O conselheiro Vanderley Pinheiro disse que** o presidente  
121 estava equivocado. **O presidente Kaká perguntou** se o conselheiro está dizendo que  
122 a mesa fez a contagem errada. **O presidente Kaká perguntou** qual argumento? **O**  
123 **conselheiro Vanderley respondeu que** estão favoráveis à mudança do tópico aí, que  
124 deve dar continuidade à discussão da proposta da conselheira. **O secretário geral**  
125 **explicou que** pela contabilização, tem 7 votos, então, tem 14 conselheiros titulares  
126 presentes, e aí o presidente deu o voto de minerva, de desempate aqui, 50% + 1, o  
127 regimento é claro. **O conselheiro André Durand disse que** estão em um momento  
128 apolítica, tem aí uma reeleição se aproximando, de uma pessoa que vem trabalhando  
129 na questão da cultura dentro do estado, que é o atual governo, junto ao titular da pasta,  
130 e que o presidente Kaká lesse dentro do regimento interno o que o gabarita e o ampara  
131 para o voto de minerva, para que a lisura do pleito realmente faça valer. **O presidente**

132 **Kaká explicou** por que talvez não tenham se atentado para isso. A Lei Paulo Gustavo  
133 é emergencial, vai até dezembro, ela vai ser disparada, bem corrida. A senhora Anne  
134 Paiva e o senhor Tiago Hermido vieram aqui para esclarecer o que é essa Lei. Isso é  
135 mais importante, porque em termos de benefícios para categoria, os senhores sairão  
136 daqui esclarecidos sobre o que é a Lei, do que discutir uma coisa que é polêmica,  
137 porque existe impedimentos. Não está tirando a razão, só está pedindo que isso seja  
138 feito numa ocasião mais propícia, é questão de avaliar o que é melhor para a  
139 comunidade artística, saírem daqui sabendo o que que é a Lei Paulo Gustavo, como é  
140 que se vai dar esse processo. Ambos estiveram em São Paulo, participando da reunião  
141 dos fóruns de secretários, trarão esse esclarecimento ou então essa questão da ajuda  
142 de custo. **O conselheiro Bosco Borges ressaltou que a** pauta da conselheira  
143 Jordania é pertinente, mas vai demandar muito tempo, realmente, teria que ser uma  
144 pauta separada, sugeriu uma extraordinária só para tratar desse assunto, pauta única,  
145 nesse mês ainda, para que não se prorrogue mais tempo. A pauta de hoje também vai  
146 ser extensa e é muito importante. Não está contra o que estão pedindo, que é  
147 importantíssimo, mas que agora perderiam muito tempo, porque é uma pauta polêmica.  
148 O presidente não está presente, que seria interessante a presença dele aqui. Sugeriu  
149 que tenha uma extraordinária para tratar justamente, exclusivamente, dessa questão.  
150 Acha que terão mais sucesso nas discussões. **Everaldo Barbosa** contribuiu com o  
151 conselheiro Bosco. Acha totalmente pertinente a proposta da conselheira Jordânia,  
152 inclusive, é a favor que façam isso, mas exatamente numa reunião extraordinária,  
153 porque o presidente não está presente, e ele é quem demanda essa questão,  
154 perderiam tempo discutindo essa questão e não se resolveria. Já estão empurrando a  
155 algum tempo com a barriga esse tema e sabem que tem urgência também, mas as  
156 pautas quando não estão na ordem do dia, a menos que seja urgência, aí inclui nessa  
157 mesma reunião, mas se não for urgente, põe-se ou para outra reunião ou uma  
158 extraordinária, e encaminha no mesmo sentido do conselheiro Bosco, que seja feita  
159 uma extraordinária com esse tema específico. **O conselheiro Durand leu o** Título 3  
160 do regimento, inciso II. A vice-presidência será exercida pelo secretário executivo de  
161 cultura e economia criativa, designado como membro representante suplente da  
162 Subsecretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Artigo 18, em caso de  
163 impedimento ou ausência, o vice-presidente substitui o presidente. Então, o senhor  
164 Kaká está aqui substituindo o presidente, que está em outros momentos afastado  
165 dessa reunião, e que o senhor faça valer realmente o papel de presidente. Concordou  
166 com o conselheiro do poder público que fala em nome do poder público, discordou  
167 quando o conselheiro da sociedade civil não corrobora com os outros conselheiros da  
168 sociedade civil. Que seja dada continuidade em uma propositura que vem se  
169 alastrando, que vem se arrastando. Se a lei tem que ser executada até dezembro, irão  
170 conseguir fazer, assim como estão fazendo com o Plano Estadual de Cultura. O que é  
171 inadmissível é está provocando o presidente, para que ele realmente faça valer os seus  
172 direitos que foi o que mais foi debatido sobre esse regimento e não seguiu o regimento.  
173 **O presidente Kaká esclareceu que o** próprio regimento coloca que o presidente é o  
174 secretário de cultura, porque, se tivesse um outro presidente, que levasse essa pauta  
175 para o secretário de cultura, que não fosse o Apolo, o Apolo falaria como secretário,  
176 dizer se ele tem condições de fazer esse aumento ou não. Perguntou se o conselheiro

177 Durand quer fazer algum esclarecimento legal sobre isso. É possível fazer algum  
178 acréscimo de despesa agora? Não é questão de quem é o presidente, não é questão  
179 do presidente aqui, o problema é que isso é uma demanda da SEC, da própria SEC,  
180 dizer se tem orçamento para isso ou não. Não pode decidir isso agora, porque não tem  
181 autonomia para isso. Simples. Pode ser o vice-presidente, como presidente do  
182 conselho agora, mas não tem poder, até como secretário executivo, de tomar uma  
183 decisão dessa aqui. **O conselheiro Michell Mello sugere** para flexibilizar, uma data  
184 para essa extraordinária, para dar continuidade, mas precisam de uma resposta o mais  
185 breve possível, porque realmente precisam. Sabe de todos os obstáculos, mas  
186 necessitam dessa atividade sendo resolvida. Então, colocou aqui aos nobres  
187 conselheiros, que possam estipular uma data de sugestão, logicamente que precisa  
188 calhar com a agenda do presidente, e já possam determinar uma prévia de uma reunião  
189 extraordinária. **O presidente Kaká perguntou qual é a proposta. O conselheiro**  
190 **Bosco Borges disse que** como iriam transferir essa reunião para sexta-feira, sua  
191 proposta seria que fosse na sexta-feira já essa discussão, e aí não perderiam essa  
192 semana, o presidente já tinha manifestado a sua disponibilidade para sexta-feira,  
193 verificariam com ele se existe. Então, sua proposta é que seja na extraordinária, e que  
194 seja debatido a Lei Paulo Gustavo hoje. **O presidente Kaká perguntou se mais**  
195 **alguém gostaria de se manifestar a respeito. O secretário geral respondeu que** não  
196 **aceitam na sexta-feira a transferência por causa dos compromissos. Particularmente**  
197 **tem um, a conselheira Lucimar também, conselheira Jordânia, então esvaziaria essa**  
198 **reunião, então, não seria uma boa data. O presidente Kaká pediu sugestão de datas,**  
199 **só para complementar proposta, não é votação da proposta ainda. Data mais imediata.**  
200 **O conselheiro Elson Rocha** ressaltou que tem também em pauta a moção de  
201 aplausos, então, sugeriu que caminhassem com as propostas que já foram aprovadas,  
202 e no final que possam definir uma data. E que possa continuar aqui, porque ainda tem  
203 a moção, aí tem a questão da Lei Paulo Gustavo, que é importante. Aí no final  
204 decidiriam uma data, que é tempo de assessoria conversar com o secretário e vê uma  
205 data que seria possível. **O presidente Kaká pediu para seguir os trâmites**  
206 **democráticos e para ficar tudo sacramentado, só complementando a proposta do**  
207 **conselheiro Elson, poderão votar essa questão da proposta ordinária e a discussão da**  
208 **data no final. Seria boa essa proposta? Todos estão esclarecidos? Então, quem for a**  
209 **favor, permaneça como está. Perguntou o quórum. O secretário geral disse que são**  
210 **13 votos a favor do encaminhamento do presidente, menos o conselheiro André. O**  
211 **presidente Kaká declarou** aprovada a proposta. Informou que chegou à mesa diretora  
212 a proposição do conselheiro André Durand para inclusão de uma pauta sobre a próxima  
213 reunião da setorial de Dança, a ser realizada em Itacoatiara - Amazonas, após o  
214 Festival Folclórico daquele município. Concedeu voz para que o conselheiro apresente  
215 um resumo de sua proposta para análise de todos. **O conselheiro Durand disse ao**  
216 **presidente que espera que continuem os mesmos laços de amizade, porque dentro de**  
217 **um conselho, se não houver discussão, não é um conselho. E não está para balançar**  
218 **a cabeça e concordar com o poder público. O presidente Bonates disse que**  
219 **concorda, ninguém quer isso. O conselheiro Durand disse que também tem que**  
220 **discordar das ações que não são fidelizadas por esse conselho. O presidente**  
221 **Bonates concordou. O conselheiro Durand** gostaria também de encaminhar que nas

222 próximas reuniões, não somente digital, mas que tivesse acesso a tudo que for  
223 discutido, impresso, para que também possa acompanhar é só uma sugestão, porque  
224 na última reunião a tratativa com a equipe técnica, tirando a dona Symone, que é super  
225 solícita, houve alguns entraves com a equipe de estagiários. Então assim, se o  
226 estagiário não é bom, fica na sala, não vem interagir com o conselho. Se não consegue  
227 colaborar com o que precisa, não vem. É só uma questão mesmo assim de um mal  
228 estar com esses técnicos, que não foram legais com a tratativa na última reunião. Na  
229 reunião que teve lá, que o conselheiro de Folclore e Carnaval não conseguiu chegar a  
230 tempo, ele estava em uma outra demanda, esteve presente como subsecretário titular  
231 daquela pasta em Itacoatiara, junto com a presidente da liga, foi bem legal o diálogo  
232 com 3 representantes e houve um contratempo porque no local haveria uma reunião  
233 com o atual prefeito e também a reunião com a liga dos grupos folclóricos, mas a  
234 segurança daquele local, patrimonial, informou que a reunião teria sido transferida e  
235 evacuou a sua plenária. Sugeriu aqui, com a presença do conselheiro de Folclore e  
236 Carnaval, com a presença da conselheira de Teatro e com a presença do atual  
237 secretário e conselheiro de Música, para participarem da plenária da setorial de Dança  
238 naquele município após o festival, para estarem conversando sobre o Plano Estadual  
239 de Cultura e, acima de tudo, a criação e fomentação do Conselho Municipal de Cultura  
240 naquele município, tendo em vista o segmento organizado pelas OSC que ali atuam,  
241 não somente a liga, mas tem outras entidades que fazem parte e fazem trabalhos,  
242 escrevem projetos culturais para os editais. Isso será um avanço para a cultura naquele  
243 estado. Fez um comentário sobre algumas situações adversas que estão ocorrendo lá,  
244 no que tange à realização do Festival da Canção de Itacoatiara que enquanto professor  
245 coreógrafo e produtor nesse evento, é realizado um palco aberto de mostras de dança  
246 chamado Danceta. Manifestou-se a favor da realização do FECAN que é considerado  
247 patrimônio imaterial e fez ressalvas à realização da Irma, quem já realiza há bastante  
248 tempo esse festival. Pediu que houvesse uma carta deste CONEC junto ao governo  
249 com citações e informações técnicas, no que tange a divulgação desse evento que vai  
250 haver lá no mesmo período do FECANI, sobre a questão da agricultura, levando em  
251 consideração que o FECANI gera emprego e renda dentro do próprio município, fora a  
252 questão da hoteleira que multiplica a economia naquele município. Informou que  
253 desconhece, sendo visitante daquele município há bastante tempo, a produção de gado  
254 e seus derivados. Pediu que mapeassem, pelo menos um drone em cima de Itacoatiara  
255 e mostrassem qual é essa fazenda que produz gado ou seus derivados. Pediu ajuda e  
256 colaboração enquanto sociedade civil, eleito pelo voto do povo, pelo voto da classe,  
257 assim como a atual gestão que começasse a ir nesses municípios que não tem  
258 conselhos e tirar da mão do poder público, desses prefeitos e secretários nomeados,  
259 não como o secretário Bosco, mas tirar debaixo dessas asas essa possibilidade da  
260 sociedade civil realmente fazer valer o seu direito de voto, saber conhecer quanto é  
261 destinado para aquele município no que tange à questão da cultura, para que aquela  
262 verba, para que o Paulo Gustavo vai servir, para que o Aldir Blanc 2 vai servir? Já que  
263 tem 2 palestrantes daqui a pouco, e isso é importante para que esses municípios que  
264 não detêm um conselho, dê seus aplausos à conselheira de Teatro pela proximidade  
265 que fez em constituir o Conselho de Cultura daquele município, foi Manacapuru, se não  
266 falha a memória. E isso é importante, porque na fala do presidente, atual secretário, ele



267 quer que realmente a cultura chegue nos lugares mais distintos, levando em  
268 consideração Coriolano Durand, que no século XVIII, dizia que a cultura deveria chegar  
269 nos bairros mais distantes da cidade de Manaus, não somente a classe rica que  
270 ostentava o poder acender o charuto enrolado no dinheiro da época, levando seus  
271 cachorros para assistirem os espetáculos, enquanto a classe pobre das zonas da  
272 cidade não tinham acesso à cultura. **O presidente Bonates disse ao** nobre conselheiro  
273 que entre eles não existe essa, pois a discussão é salutar, a divergência de opiniões,  
274 tem sempre que procurar o caminho do meio. Informou que a secretaria essa semana  
275 já esteve tratando com a Irma que é a associação lá de Itacoatiara, que tem a marca  
276 do FECANI, e o próprio governador acha interessante a realização do festival. Já estão  
277 sendo tomadas as providências para que os ajustes aconteçam. **O conselheiro Bosco**  
278 **Borges explicou que** essa divergência de eventos é a seguinte: O Governo do Estado  
279 disponibilizou para o Festival da Canção, para a IRMA, que é detentora da marca  
280 FECANI, R\$1.000.000 em equipamentos, som luz e toda a estrutura. O presidente, o  
281 coordenador geral, achou que era pouco, porque o projeto da IRMA para área do centro  
282 de eventos é de R\$2.000.400. E é isso mesmo, realmente o gasto para o FECANI é  
283 tudo isso. No entanto, uma opinião particular, que acredita que muita gente vai estar  
284 junto, se tenho um evento particular, uma marca no seu nome, tem que dar o seu jeito  
285 de conseguir recursos para fazer o evento. Não pode obrigar o Governo do Estado a  
286 bancar o seu evento 100%. Não pode obrigar que a prefeitura daquele município  
287 banque 100%, que tem uma ajuda, um apoio, então tudo bem. E quando o governo se  
288 prontificou em dar apoio, a direção da IRMA achou pouco e no momento não aceitou,  
289 disse que não faria o festival com aquele recurso. O prefeito de Itacoatiara, sabendo  
290 da importância de um evento daquela magnitude, no tamanho do feriado de 7 de  
291 setembro, resolveu não deixar a população, os comerciantes, órfãos daquele evento,  
292 de um evento tão grandioso quanto o FECANI e trouxe o apoio. Iriam realizar a feira  
293 agropecuária no final de setembro, então tiveram que refazer toda a documentação,  
294 com apoio da SEPROR e outras secretarias do estado, para puxar esse evento para  
295 data de setembro. E esse evento também vai ser um evento cultural, que ficou como  
296 Itacoatiara Fest Expo, uma coisa assim. Estão fechando o nome agora, ou Itacoatiara  
297 Expo Fest, é para que tenha a exposição durante o dia, a exposição de gado, de leite  
298 e seria importante o conselheiro Durand dar uma pesquisada nisso, Itacoatiara tem  
299 uma das maiores produções de leite e queijo e as fazendas de gado são enormes  
300 também, então, não tem os números, mas se for na Wikipédia, verá a produção que é  
301 muito grande, só perde, talvez, para Autazes. Então, tem esse evento que já acontecia  
302 há muito tempo e há mais de 20 anos está sem acontecer e para que os comerciantes,  
303 os vendedores de comidas e as pessoas que trabalham dentro do evento, não ficassem  
304 sem um evento tão grandioso quanto o FECANI, o prefeito trouxe esse evento para  
305 essa data que ia ficar ociosa. O FECANI vai acontecer? Vai acontecer, mas vai  
306 acontecer no espaço talvez do tamanho dessa sala, que tem um palco, vai ter festival  
307 de música, vai ter festival de dança, vai ter várias apresentações também na mesma  
308 data, só que vai acontecer a noite. Então houve esse entrave, não sabe se conseguiu  
309 explicar, mas houve esse problema e acredita que o prefeito, preocupado com a perda  
310 desse grande evento, resolveu trazer essa exposição para essa data. **O presidente**  
311 **Bonates pediu para agilizar e objetivar** mais, até por respeito e também às pessoas



312 que se prepararam para falar aqui sobre a Lei Paulo Gustavo. **A conselheira Jordania**  
313 **Galdino disse que estão** discutindo coisas importantes e discordou do conselheiro do  
314 poder público, a favor do conselheiro de dança, com relação as políticas públicas que  
315 estão tentando fazer no interior. É testemunha, e já provou aqui na prática para todos,  
316 viajou não com dinheiro de governo, porque nessa pauta que tentou colocar, teve voto  
317 vencido, passou para depois, foi aquela situação toda que está se levando com a  
318 barriga, que não tem apoio do governo. Porém, poderão deixar de fazer os seus  
319 trabalhos como conselheiros, para que os artistas do interior tenham sim a possibilidade  
320 de fazer o seu trabalho como artista. Deixa claro que mora numa periferia, no Bairro do  
321 Santo Antônio. Do lado da Câmara Municipal tem uma Mini Vila Olímpica, lá estão  
322 fazendo uns pequenos eventos para comunidades sem nenhuma verba nem de estado,  
323 nem de prefeitura, não é dizer que não tem verba, verba tem sim, tanto que estão aqui  
324 justamente discutindo essas políticas públicas, cobrando do poder público. Faz todo  
325 tipo de trabalho dentro da comunidade, tem um representante ali que foi seu professor,  
326 que vai receber uma moção hoje que se chama José Gomes Nogueira, que fizeram  
327 agora o Festival Folclórico recentemente, no bairro de são Raimundo. O que a deixa  
328 indignada perante essa plenária, essa mesa, são essas desculpas. Gostaria de  
329 sensibilizar os senhores que tem pessoas que estão sentadas aqui que já colaboraram  
330 tanto, pessoas que tiram dinheiro do próprio bolso para bancar as vezes roupa de  
331 folclore, eventos para poder justamente ter trabalhos. Não acredita que o interior, as  
332 secretarias não tenham dinheiro para poder dar um apoio para os artistas locais, mas  
333 tem dinheiro para bancar um artista de fora, com cachê mirabolante. **O presidente**  
334 **Bonates** pediu para votar essa pauta, para poder continuar a reunião. **O conselheiro**  
335 **Elson** pediu dois minutinhos só para fazer a proposta ao conselheiro Durand, para que  
336 fosse não só de Itacoatiara, mas que juntasse de municípios ali de perto e aproveitasse  
337 para fazer um único evento com a presença de Silves, Itapiranga, aqueles municípios  
338 que ficam lá perto. **O conselheiro Durand** discordou da fala do representante da  
339 prefeitura, quando fala na questão do evento de Itacoatiara, dará uma pesquisada no  
340 Google mesmo como ele sugeriu, mas quer fonte atualizada. Continua parabenizando  
341 a IRMA, um evento que estava adormecido e na questão eleitoral, esse evento surge  
342 como uma Fênix, do nada, para contra-atacar um evento que já está fidelizado em um  
343 município gerando emprego e renda, mas infelizmente, o filho desse prefeito é  
344 candidato. Espera que o Ministério público faça uma visita para não entender esse  
345 evento como eleitoreiro, mas felizmente será um evento pequeno, um evento de amor,  
346 tradição, apolítica e vida. Foram dois anos que passaram arquivados enquanto artistas,  
347 enquanto músicos, enquanto bailarinos, enquanto intérpretes, enquanto fomentadores,  
348 enquanto barraqueiros, enquanto vendedores de comida na praça, passaram por isso,  
349 diferente do poder público que ficou apenas sentado, nem se sabe se assinou ou não  
350 algum decreto em favor da arte ou da cultura. Pediu para não levar isso como mágoa  
351 que aqui estão trabalhando pela questão da sociedade civil, porque é direito do poder  
352 executivo do município prover cultura, não excluir cultura, mas o que esse prefeito está  
353 fazendo é querer tirar dos itacoatiarenses o poder e o direito de usufruir desse patrimônio  
354 imaterial. Ele não é particular, porque quando fala que é particular, já vê o boi Garantido  
355 e o boi Caprichoso e saíram depois de 2 anos pela questão da pandemia e por que não  
356 o FECANI viver como esse evento que surgiu das cinzas. **O presidente Bonates**





357 concedeu 3 minutos ao conselheiro para encerrar essa discussão. **O conselheiro**  
358 **Bosco relatou que o** evento agropecuário não aconteceu nesse período porque eram  
359 outros prefeitos. O prefeito Mario Abraham veio no período da pandemia, no período  
360 que não tinha eventos acontecendo. Em momento algum o evento veio para suplantar  
361 o FECANI seria no final do mês. Só para explicar. E outra questão, quem não quis fazer  
362 o FECANI com um milhão foi o próprio dono da marca, não foi o prefeito que disse que  
363 não ia fazer, foi próprio dono da marca que disse que não seria capaz de fazer o evento  
364 com aquele recurso, então se ele não ia fazer, qual foi a intenção do prefeito em  
365 executar? Não deixar aquele período sem acontecer evento, momento algum ele quis  
366 colocar um evento sobre o FECANI, ele ia fazer após o evento acontecer e lá vai  
367 acontecer concurso de dança, de teatro, de música, todo tipo de eventos que acontecia  
368 no FECANI e ao mesmo tempo o FECANI vai estar fazendo também. Então isso dobrou  
369 para os artistas. Dobrou de eventos, os artistas vão participar de dois eventos ao  
370 mesmo tempo, dois eventos fmaravilhoso, quer dizer, foi dito que essa briga foi boa  
371 para os artistas, porque serão valorizados duplamente. Eles vão ter onde se apresentar  
372 sim, e não tem atração nacional, é só atração local. Irão colocar mais de 20 grupos  
373 locais e trarão atração daqui da região. Grupos daqui de Manaus para se apresentar  
374 que também engrandece o evento. Então, em momento algum tem a ver com a questão  
375 da eleição ou do candidato que é filho do prefeito. Agradeceu e disse que é sim a favor  
376 do FECAMI e é a favor desse evento agropecuário. **Em respeito ao professor Nogueira**  
377 **e as pessoas que estão aqui, o presidente Bonates** propõe fazer a moção de aplauso,  
378 ele faz a sua explanação e depois retorna à pauta. Se todos estiverem de acordo.  
379 **ORDEM DO DIA. O secretário geral** informou que tem na pauta a moção de aplausos  
380 solicitada pelo conselheiro André Durand e aprovada na última sessão para o senhor  
381 professor José Gomes Nogueira e a segunda pauta será a apresentação das diretrizes  
382 gerais da lei Paulo Gustavo, pelos assessores da Secretaria de Estado de Cultura e  
383 Economia Criativa do Amazonas. Sendo assim, iniciarão com a moção de aplausos. **O**  
384 **conselheiro André Durand** pediu que todos ficassem de pé. A todos os conselheiros  
385 da sociedade civil e do poder público falar de folclore, falar de dança e não conhecer o  
386 professor José Gomes Nogueira, quem teve oportunidade de estudar no Marquês e  
387 também na antiga ETFA, o qual ele migrou essa ideia para aquela escola técnica,  
388 resolveu fazer essa moção de aplausos enquanto vida, porque as pessoas que  
389 usufruíram dos seus conhecimentos nem sequer lhe disseram, “obrigado por tudo”. E  
390 enquanto professor, enquanto pesquisador, enquanto dançarino daquele festival,  
391 conhecendo o seu trabalho. Se não fosse o senhor mostrando para as pessoas a  
392 diferença entre o folclore e o parafolclore, nenhum desses grupos hoje teriam vida  
393 própria, no caso, a dança nacional BAUMBACH a qual é diretor ainda, e a dança  
394 Internacional FAQRA e tantos outros grupos, como a Dança Síria do Amazonas. Sente  
395 falta de outros grupos que tiveram que se arquivar por falta de apoio cultural. O festival  
396 marqueziano sedia e concedia uma pequena ajuda para que aqueles grupos se  
397 mantivessem vivos, que não se vê mais, mas nota hoje alguns festivais que só visam  
398 a questão financeira, e colocar em uma planilha de custo um painel atrás no valor  
399 exorbitante e chegar a um festival com sacos de lixos emendados com a sigla do  
400 festival não é reconhecer aquilo como um festival. Recebam com todo carinho o  
401 professor José Gomes Nogueira, 74 anos, nascido em Fordlândia, comarca de Itaituba,



402 Pará. Formado em letras na Universidade do Amazonas em 1974. em 1975 começou  
403 atividades com danças folclóricas na escola Marquês de Santa Cruz, onde foi  
404 convidado pelas imãs com danças internacionais, a partir daí, desenvolveu trabalhos  
405 como coreógrafo de dança nacionais e regionais. Foi o pioneiro no lançamento das  
406 danças gaúchas no estado do Amazonas. Depois, divulgou danças regionais, como  
407 Jacundá Serafina, Arara e etc. Foi convidado para trabalhar no IFAM, desenvolveu o  
408 folclore e particularmente na área regional. Contudo, pronunciou a dança italianos, o  
409 famoso cacetinho, realizou trabalhos de teatro, inspiração com a criação de Nortança,  
410 o primeiro experimento com a arte dança ainda no Marquês de Santa Cruz, como  
411 professor de educação artística, foi idealizador do coroa marqueziano, foi convidado  
412 para integrar aos membros do coral Marqueiziano, com o coral da paróquia, criando  
413 assim o coral Alves, que fez sucesso há muito tempo, trabalha com danças regionais,  
414 fez o lançamento de vários grupos, dentre eles a famosa União Soviética. Lançou  
415 também o grupo Argentina, entre outros grupos nacionais, regionais e internacionais.  
416 Gosta de trabalhar com danças regionais, onde atualmente trabalha nos projetos  
417 experimentais com novos alunos da escola Marquês de Santa Cruz, sobre a geração  
418 de Valdir Júnior, Jacundar e massariquino, aposentado em 2017, atualmente vive em  
419 casa. Não gosta de sair, onde tem o seu maior acervo de dança na sua região. Receba  
420 com carinho os aplausos. Passou o microfone ao homenageado. **O homenageado**  
421 **José Gomes Nogueira** cumprimentou a todos e fez algumas ressalvas. Primeiro,  
422 nunca tocou no cacetinho. Ou seja, ele não era uma dança que pudesse chegar até  
423 ele. Ou seja, uma dança imexível, era da escola técnica federal e nunca teve  
424 participação nele. E quanto a parte de ter alguma coisa do Marquês que era dada para  
425 essa parte, é da sua época. Depois que saiu em 92 do Marquês e foi para a escola,  
426 não sabe como ficou isso, e parece que essa verba não foi mais concedida por motivo  
427 de força maior que aqui não sabe dizer, histórias e lendas que dizem respeito, não pode  
428 dizer de pé firme “foi isso”. Então, hoje o Marquês está nas mãos de outras pessoas.  
429 É convidado, não faz parte da coordenação, apenas é convidado para fazer alguma  
430 atividade cultural. Então, naquele dia em que o conselheiro Durand foi lá ver o  
431 maçariquinho e o jacundá, aquilo era um projeto com 7º ano, oitavo e o nono ano.  
432 Porque agora mudou, não existe mais a oitava. Tudo se modificou, então é importante  
433 falar que nota na meninada que ela não conhece mais o que é folclore, para ela, é só  
434 o TIK TOK, a dança da bundinha. Para eles folclore é isso. Acredita que deve ter um  
435 conselheiro de folclore aqui que deveria olhar com mais carinho para isso. Um dia  
436 chegará à uma questão muito séria, a tradição é importante e se não existe tradição, o  
437 folclore morre, porque são as nossas raízes. O aluno não dá muita importância, precisa  
438 fazer a cabeça dessa meninada para que eles aprendam. Hoje tem a ciranda de Tefé  
439 feita igual como no tempo do professor Silvestre. Os alunos dançaram agora no 50º  
440 festival, que não é 50º é 89, mas aí era o 50º, teria que ser o 49 aliás. O professor  
441 Silvestre fez a dança regional da cidade de Tefé, que deu todas as coordenadas. E  
442 hoje, quando vê as cirandas tão modificadas e se confundem muito com as danças  
443 carnavalescas, que o deixa apavorado, porque teve a curiosidade de assistir pela TV  
444 Encontro das Águas, mudou de canal, tomei um susto de ver tanta marmota, tanta  
445 presepada. Isso aí tem que ser os responsáveis pela cultura têm que passar uma faca,  
446 uma foice, sei lá, para tirar isso. Nunca viu dança de xaxado ou a dança nordestina

447 com alguém dançando em cima do pescoço, isso não existe, fazendo mirabolância em  
448 cima do pescoço do camarada, e aquilo é bonito, parece mais coisa circense, não é  
449 contra o circo. O circo tem sua realidade fora à parte, mas vê que há algumas  
450 modificações, aí quem criou aquele programa, e agora entra a rainha não sei de quê,  
451 e agora entra a categoria de luxo. Não existe luxo do folclore. Isso não existe. É uma  
452 criação de Parintins que é outra realidade, não tem nada a ver conosco. Já existe a  
453 pessoa vindo até de porta bandeira. Quer dizer, para o Carnaval, isso é aceito. E  
454 Carnaval todo mundo quer ser vestido de príncipe, de princesa, de camponês e tudo  
455 mais, aí vai. Mas a realidade não é essa, Festa Junina, como alguém falou ainda agora  
456 é Festa Junina e fevereiro ou março é o Carnaval. Então, não pode misturar as coisas  
457 ficou mais afobado quando viu uma tribo lá no festival, que o rapaz tocava violão.  
458 Tomou um susto, tocando violão e acompanhando com a língua indígena. Tudo bem,  
459 pode ser que seja um pouco de modernização, seja um pouco de... digamos, da  
460 internet, que eles estão fazendo isso, mas no momento deveria ele cantar à maneira  
461 da tribo dos Ipixunas, da tribo dos Andirás, o vocábulo totalmente em tupi. Então, se  
462 começar a transformar, será que estão fazendo folclore para o turista? O turista vai ver  
463 aquilo “que miscelânea é essa que estou vendo aqui, será que isso é verdade?” As  
464 cirandas são todas carnavalescas, elas estão todas rápidas. A cultura portuguesa, que  
465 é da ciranda, se transformou. Não sabe se aquilo é um samba de Carnaval, que ele faz  
466 assim, remexe a perna para lá e para cá e joga para cima, joga para baixo. Então, cria-  
467 se, um festival de danças regionais tradicionais, e acabar com esse resultado de  
468 “vamos fazer uma dança folclórica Moderna”, não existe isso. Ou o folclore é tradicional  
469 ou não é. Mas “existe folclore moderno”? Se disser que existe está mentindo. Tem que  
470 incentivar essa cultura, porque isso, porque aquilo, por que a dança do candeeiro? Por  
471 que isso, porque aquilo aí vai. Há uma motivação e a própria dança mostra porquê.  
472 Alguém perguntou, “o quê que é um jacundá?” Alguém falou o seguinte, “o Jacundá é  
473 um pássaro?” Não, é um peixe. Então o que acontece, até a história do Amazonas vai  
474 se perdendo, o peixe vira pássaro, se ele é um peixe, então no círculo que eles mostram  
475 na hora da dança, “o que é Jacundá, no buraco da pedra Jacundá”, é a hora que o  
476 peixe quer sair daquele círculo que é uma rede de pescar que tem fundamento no  
477 folclore sim. É uma dança simples? É uma dança pequena? É, mas é da região e quem  
478 pesquisou isso foi o seu Mário Ypiranga Monteiro, que saiu daqui e foi pelas barrancas  
479 do rio, passou pelo Rio Madeira e conseguiu descobrir isso lá para as bandas de: fica  
480 perto de Manicoré por ali. Então ele conseguiu fazer isso e hoje em dia, quando alguém  
481 perto daquele município vem perguntar, ele não sabe porquê. Mas ele é um pouco  
482 abaixo de Humaitá. E aí, o que acontece, ali alguém disse assim “mas ali não é o  
483 Solimões?” Não, gente, ali não é, ali é Rio Madeira, então, tem que passar a explicar.  
484 Não tem mais prazer de dar aula, infelizmente, porque agora está aposentado e não  
485 tem mais como trabalhar como aposentado em uma escola, é difícil, “mas ele já está  
486 velho, não produz mais”, então você tem que apresentar aquilo que você alcança, já  
487 lembrou, Novo Aripuanã. Então foi lá que ele pesquisou, fez trabalho de campo. Hoje  
488 em dia, pergunta para esse pessoal do folclore, “você pesquisam?” Não. “E vocês  
489 fazem o que?”. Daqui a pouco poderia fazer a dança do paneiro, pegar uma música do  
490 Raízes Caboclas e fazer a dança de paneiro, por que não? Ah o professor Nogueira é  
491 pesquisador, então está certo o que ele faz, mas não é assim. Desculpou-se por estar



492 falando, mas isso é sério. Vocês são conselheiros da arte do Amazonas, é bom frear  
493 isso ou então criar um outro núcleo de alguma coisa para salvar. Tipiti não vê mais,  
494 acabou, Lundu também não vê mais. Lembra que na década de 60, quando você via o  
495 General Osório, via as escolas apresentando, era o Arara, era o Jacundá, era uma  
496 quadrilha, mas aquela quadrilha antiga, marcada, não essa quadrilha, que não vê mais,  
497 é só passinhos para cá. É só isso que eles fazem, passinhos para cá, passinho para lá  
498 e acabou. Não existe mais anarriê, balancê, acabou, não tem mais. Olha a cobra, então  
499 essa é realmente a quadrilha marcada, a quadrilha dos seus avós. E os meninos têm  
500 que aprender isso, porque eles serão os jovens, os velhos de amanhã. E o que é que  
501 vão dar para eles? Nada, não aprenderam nada com nada. Se não tiver alguém que  
502 fique cutucando todo o tempo esses meninos. É isso que queria dizer para todos aqui.  
503 Agradeceu a atenção, ficou lisonjeado com tudo que fizeram, é bom saber que não é  
504 só ele que faz isso. Deve ter mais gente que faz alguma coisa a respeito disso e que  
505 luta para isso. Mas são poucos, ou seja, é um pingo d'Água no oceano. Quando se tiver  
506 outras pessoas que se debatem ou sei lá, são contra, tudo mais, é porque não quer  
507 que a cultura se levante, e que as raízes fiquem mais abaixo do que já estão.  
508 Agradeceu pela atenção. Desculpou-se e disse que está à disposição para qualquer  
509 coisa. Ainda consegue produzir apesar da idade. **O conselheiro Durand** agradeceu a  
510 presença do homenageado e levando em consideração aquele diálogo que tiveram  
511 com o presidente sobre a criação das placas, das honrarias, seria interessante pensar  
512 em uma placa em alusão ao professor José Nogueira. **O presidente Bonates passou**  
513 **o microfone para o senhor** Thiago Hermido e senhora Anne Paiva. **Thiago Hermido**  
514 **saudou a todos e disse que ele e a Anne Paiva** vieram aqui falar sobre o plano de  
515 ação da Lei Paulo Gustavo. Só para esclarecer um pouquinho, na realidade, todos aqui  
516 já devem ter lido, visto a lei, então, não vai necessariamente explicar o que é a lei,  
517 porque ela já está posta, as pessoas já tiveram acesso. O que vão apresentar de forma  
518 consultiva, como foi orientado pelo secretário **Marcos Apolo**, um documento que vai  
519 ser compartilhado com a classe na próxima terça-feira, em uma live que o secretário  
520 vai realizar sobre o plano de ação que a Secretaria pretende fazer para aplicação do  
521 recurso da Lei Paulo Gustavo. Então de pronto, imediato, secretário falou que antes de  
522 apresentar isso para sociedade, que fosse apresentado para os conselheiros, até uma  
523 forma de tentar melhorar o documento, retirar ou inserir, ou saber o que que todos aqui  
524 acham, ou como estão enxergando a lei para que possam fazer isso de forma coletiva  
525 e colaborativa. Então, como o documento diz, isso é um plano de ação da Lei Paulo  
526 Gustavo. O que será feito. Tem alguns pontos, como a questão de quem vai fazer a  
527 gestão desse recurso, nesse caso é a Secretaria de Estado de Cultura. Também fala  
528 um pouquinho do que dispõem a lei, que ela é uma lei complementar emergencial.  
529 Também pontua o valor que vai ser executado para essa lei, e o total de recursos que  
530 vêm para o Estado do Amazonas. É bom lembrar que desse total de recurso, que seria  
531 R\$89.000.000, 800 e mais um pouquinho, o que vem para gestão da Secretaria de  
532 Estado de Cultura e Economia Criativa é 51.500 e o restante ali. Todo o restante do  
533 recurso vai ser dividido entre a capital e o interior. É uma coisa que é bom também ficar  
534 claro, porque na Lei Aldir Blanc não ficava muito claro. Entes federados são  
535 independentes na gestão de recursos federais. Nenhum recurso que vai para o  
536 município passa pelo Governo do Estado. Na Lei Aldir Blanc teve essa confusãozinha.



537 Então, esse recurso é disponibilizado de forma igual para todos os entes federados.  
538 **Anne Paiva explicou que** diferente da Lei Aldir Blanc, em que os recursos não  
539 utilizados pelos municípios, de pronto, eles já viriam para o Estado no prazo, para o  
540 Estado executar. A Lei Paulo Gustavo é um pouco diferente nisso, ela diz que os  
541 recursos não utilizados por alguns municípios, eles serão encaminhados primeiro para  
542 outros municípios que solicitarem, e depois de um prazo é que talvez vá ser  
543 disponibilizado para o Estado. Teve uma discussão que é bem interessante entre os  
544 outros estados da federação, porque os prazos da Lei Paulo Gustavo, eles são um  
545 pouco complicados para executar em relação a esse repasse, talvez essa possível  
546 devolução, esse possível retorno dos recursos não utilizados pelos municípios do  
547 estado. Então, de primeira, pelo menos por enquanto, esses recursos serão  
548 repassados entre municípios que não utilizem para outros municípios, e não para o  
549 Estado, para o Estado executar esse recurso que venha a sobrar. **O assessor Thiago**  
550 **Hermido explicou que,** esse recurso deve ser repassado em 90 dias, só que para que  
551 esse recurso seja repassado em 90 dias, há vários trâmites, inclusive regulamentação,  
552 abertura de conta, fluxo bancário, abertura de plataforma que no caso, muito  
553 provavelmente, pelo menos as informações que já obtiveram, é de que será novamente  
554 a plataforma Mais Brasil. Do total desse recurso, mais de 2 bilhões, quase 3 bilhões,  
555 vai ser voltado para o audiovisual e o restante, 1.000.957, 1.000.000, desculpa, para  
556 as demais ações de linguagens, porque disso? Porque o superávit do recurso da Lei  
557 Paulo Gustavo, 70% dele é do Fundo Setorial do Audiovisual, e o outro é a sobra do  
558 Fundo Nacional de Cultura, que não foi inserido na Lei Aldir Blanc em 2020. Então,  
559 esses já são recursos datados, previstos na lei e que não há possibilidade de  
560 remanejamento. Isso teria que ser colocado talvez em uma MP, que aí é uma coisa  
561 muito difícil de ser aprovada até o final do ano, ou já deveria ter vindo direcionado na  
562 lei. Então, o que aconteceu? Viu que logo no início das discussões da Lei Paulo  
563 Gustavo, boa parte da classe artística não gostou muito dessa divisão, tendo mais  
564 recursos para o audiovisual e não para outras linguagens, mas isso está colocado aí  
565 por uma questão mesmo administrativa. É um recurso federal que vem de um fundo  
566 específico e que deve ser aplicado nessa linguagem, um recurso que está vindo de  
567 2.797.000.000,00, que é quase 70% do recurso da Lei Paulo Gustavo, ele é do Fundo  
568 Setorial do Audiovisual. Aí só para terem um pouquinho de ideia de como que ele vai  
569 funcionar, esse fluxo, o governo do estado, estiveram em Santos há uma ou 2 semanas,  
570 mais ou menos, estavam lá discutindo justamente com o governo federal, a  
571 regulamentação da lei Paulo Gustavo já está em tratativas muito legais, muito  
572 interessantes. Ao contrário do que foi na lei Aldir Blanc que tiveram uma certa  
573 dificuldade de iniciar esse diálogo ou até de opinar sobre a regulamentação federal, já  
574 estão tendo uma abertura até maior para conseguir fazer isso. Dentro da lei, terão que  
575 criar 2 planos de ação, um voltado especificamente para o audiovisual e o outro voltado  
576 para as demais linguagens. Dentro do audiovisual, esse recurso também já vem  
577 carimbado. Ele vem dividido nessas 4 ações que estão vindo, com recursos também  
578 já predestinados para essas ações aqui também, até o momento, não entende  
579 juridicamente nem administrativamente da mesma forma ao governo federal. Esses  
580 recursos também não poderão ser remanejados. O que vem para o inciso I, tem que  
581 ser aplicado no inciso I, no inciso II, no inciso III e no inciso IV. Tem um detalhezinho

582 que eles explicaram, aqueles municípios do interior ou até mesmo capitais ou até  
583 estados que não se sentirem confortáveis em aplicar algum desses recursos, ele nem  
584 deve solicitar isso na plataforma mais Brasil, ou seja, os municípios e estados têm, por  
585 ora, prerrogativa de escolher dentro do seu plano de ação, quais desses incisos ele vai  
586 trabalhar em cada estado, em cada município. Isso vai muito além da capacidade  
587 mesmo dos municípios e dos estados lícito federal de conseguir aplicar esses recursos  
588 dentro desses incisos. Sistema Nacional de Cultura, uma coisa que será informado  
589 para todos aqui, mas que também é uma conversa que terão com os secretários,  
590 gestores municipais de cultura, é que isso também será uma determinação. Não sabem  
591 se vai vir na regulamentação da lei, mas o município para solicitar o recurso da lei,  
592 Paulo Gustavo, tem que aderir ao sistema nacional de cultura, ou seja, todo município  
593 que quiser pegar o recurso dali para o Gustavo, terá que entrar no sistema nacional de  
594 cultura e se comprometer que vai realizar aquele sistema municipal no seu município  
595 como o próprio secretário do sistema nacional de cultura informou, e se o município vai  
596 realizar ou não, ele não vai ter nenhuma penalidade, mas a partir do momento em que  
597 estão falando de uma lei complementar, na verdade, de uma lei perene, que é a lei Aldir  
598 Blanc 2, que muito provavelmente será realizada via fundo a fundo. Os municípios que  
599 não estiverem nesse processo, muito provavelmente não vão conseguir participar da  
600 lei Aldir Blanc 2, isso também ainda não é uma certeza, tendo em vista que não sabem  
601 ainda como serão as gestões dos próximos anos, não sabemos se o Ministério da  
602 cultura vai retornar. Ele retornando, talvez essa regra mude, o entendimento, seja outro,  
603 mas, em princípio, para Paulo Gustavo, os municípios que quiserem aderir, que  
604 quiserem solicitar esse recurso, eles têm que aderir o Sistema Nacional de Cultura.  
605 Aqui, tem 3 incisos que são voltados para as demais linguagens. Aí, já vê uma  
606 flexibilidade maior com recurso, um recurso que já não é específico que nem a do  
607 audiovisual, ele pode ser remanejado e aqui ele tem especificamente, ele orienta  
608 nesses 3 incisos que são 3 incisos bem macros. Então é algo que não necessariamente  
609 tem algum impeditivo como no audiovisual, tem aqui um ponto em que irão precisar  
610 também muito da colaboração do conselho, seja aqui para discutirem mesmo, opinar,  
611 saber o que que todos aqui acham e o que poderão melhorar, mas já listaram algumas  
612 ações que a Secretaria vai realizar para aplicação desse recurso, tendo em vista a  
613 experiência que ela teve com a lei Aldir Blanc e com os editais do Mais Cultura, do  
614 programa Mais Cultura. Farão a Live desse plano de ação, que é esse plano que estão  
615 mostrando em exclusividade para os conselheiros e conselheiras. Terão a reunião  
616 setorial com as classes artísticas e culturais do estado, nessa também, querem muito  
617 contar com a colaboração do conselho. Também irão chamar outras entidades de  
618 classe, não é para participar dessa construção. A ideia dessas reuniões setoriais é  
619 elaborar os editais que vão estar inseridos na lei Paulo Gustavo. Formato e valores,  
620 regras. Tudo isso irão conversar nessas reuniões setoriais, ainda irão disponibilizar as  
621 datas e horários para reunir, não necessariamente as reuniões, irão incidir em que vai  
622 ter um edital para cada classe. Isso ainda vão ver um melhor formato para atender às  
623 demandas individuais de cada linguagem. Mas a ideia é num primeiro momento,  
624 conversar, saber se as pessoas estão entendendo o que é a lei, qual o objetivo dela e,  
625 de repente, a partir daí criar essas comissões, esses grupos de trabalho para a  
626 elaboração desses documentos, vale ressaltar que para essas reuniões estão



627 buscando o apoio de algumas entidades para que criem uma metodologia para que  
628 também não fique numa reunião com muitas ideias ou muitas propostas sem que possa  
629 criar um documento coeso num tempo também saudável, porque às vezes se perde  
630 nas reuniões, muitas ideias, muitas delas, inclusive, são até inexecutáveis. A secretaria  
631 já conversou com o Sebrae, estão conversando com a UEA para criar uma metodologia  
632 que seja assertiva para quando forem para essas reuniões, consigam fazê-las da  
633 melhor forma possível. Outra questão também que precisa informar é que nessas  
634 reuniões, serão decididas as quantidades. A partir do primeiro encontro, mas que terão  
635 que fazer pelo menos uma depois da regulamentação geral, porque até o momento não  
636 tem uma regulamentação federal pronta, mas isso não impede que já comece a discutir,  
637 porque quando essa regulamentação ficar pronta e quando a plataforma mais Brasil for  
638 aberta, precisarão já estar praticamente prontos para que consigam mandar o plano de  
639 trabalho com aquilo que foi debatido com a classe e ter uma devolutiva o mais rápido  
640 possível, porque isso também vai definir quando nós poderemos abrir os editais. Então, é  
641 algo que precisa estar bem alinhado e precisam ser muito racionais. Sabem que dentro  
642 dessas construções às vezes trazem questões que não são nem tanto da pauta, mas  
643 pelo tempo que tem, que é muito menor que o de 2020, da lei Aldir Blanc, é um  
644 entendimento já contrário do governo federal, de que não vão poder levar isso para o  
645 próximo ano de forma de pagamento. É muito difícil conseguir aprovar que nem 2020,  
646 conseguiram aprovar no Congresso o famoso RPA, que são os restos a pagar que  
647 permitiu fazer alguns pagamentos ainda depois, em 2021. Só que o estado do  
648 Amazonas foi um dos que melhor conseguiu aplicar os recursos ainda em 2020.  
649 Tiveram estados que aplicaram 10% só do recurso e se não fosse essa prorrogação  
650 por 1 ano seguinte teria ficado sem o recurso. Só que estão falando de um ano eleitoral,  
651 de uma possível mudança de muitos parlamentares e isso pode influenciar numa  
652 votação mais para frente. Então, para não contar que o secretário sempre coloca isso  
653 não contarão com o que não é certo. Pretendem executar a lei Paulo Gustavo até o dia  
654 31/12/2022. Não contarão com essa prorrogação que nem fizeram em 2020. Executar,  
655 significa pagar todos os projetos até 31 de dezembro. A execução deles, essas ficam  
656 posteriores. E aí vai das regras de cada ente federado e edital. Ainda tem, além das  
657 reuniões setoriais com os gestores municipais de cultura, essas reuniões são  
658 importantíssimas, elas foram fundamentais na lei Aldir Blanc. Esse ano estão tentando  
659 se preparar ainda mais para tentar ter uma boa adesão dos municípios. Não tiveram  
660 uma adesão significativa ainda hoje em 2020, mas estamos trabalhando para que essa  
661 decisão ela ocorra. Já na próxima sexta-feira tem a primeira reunião agendada com os  
662 secretários para começar a discutir a lei, aí a discussão com eles é mais profunda, é  
663 muito administrativa nesse primeiro momento, para, num segundo momento, irão  
664 começar a fazê-las mais conceituais, falando de editais, de tudo. Também farão a  
665 reabertura do cadastro da cultura, farão uma reformulação no cadastro, ele já está  
666 pronto só para aprovação do secretário, muitos dos itens que estavam lá foram  
667 melhorados, a plataforma também foi melhorada, também estão fazendo uma consulta.  
668 'Não é a PG da secretaria e inclusive, Elson, a questão do próprio QR Code não está  
669 funcionando, por conta disso, os sites e redes sociais estão tiradas do ar por conta do  
670 período eleitoral, mas já estão fazendo consulta para PG e solicitando algumas  
671 aberturas, inclusive dentro das nossas ações. Vai já falar de algumas delas, porque

672 muito do que vai precisar para lei Paulo Gustavo é serviço. As pessoas precisam ser  
673 informadas disso por enquanto, a única negativa é, de fato, as nossas redes sociais,  
674 que muito provavelmente não vão conseguir abri-las, mas já está pleiteando outras  
675 coisas. Também vão fazer uma abertura de um novo edital para avaliadores. Dessa  
676 vez é um edital mais rígido, porque foi um dos problemas no edital programa Mais  
677 Cultura. Pretendem fazer um edital em que discutam talvez algumas coisas com a  
678 classe sobre amarrar forma de gestão na avaliação desses profissionais, para que não  
679 tenha coisas tão subjetivas como infelizmente, teve nos últimos editais, foi uma das  
680 maiores reclamações. Todas essas reclamações, sugestões que foram enviadas para  
681 a Secretaria de Cultura, no período dos editais do programa Mais Cultura foram  
682 avaliadas e vão ser postas nesse edital. Esse edital será colocado para consulta pública  
683 também. Inicialmente, pretendem debater alguns pontos dele, principalmente essa  
684 questão da avaliação, porque sabem que foi um problema não só neste estado,  
685 conversando com outros gestores também observaram que isso acaba sendo um  
686 problema geral. criarão a de políticas afirmativas da cultura. Sabe que isso é uma pauta  
687 que tem sido muito atual e ela precisa vir também para os nossos editais. Dentro dessa  
688 comissão pretendem avaliar tudo o que for relacionado a cotas. E apontou ações que  
689 serão levadas em conta. Como é a questão das cotas, não seria cotas, nenhuma vaga,  
690 ou pontua, ações ligadas a pessoas negras, PCD, LGBTQI+, e demais outras  
691 categorias que se enquadram nessas comissões. A ideia é convidar a universidade,  
692 que já tem uma experiência nisso e outras pessoas que consideram que possam ser  
693 importantes para fazer parte dessa comissão. Essa comissão é antes, então ela vai  
694 trabalhar junto com o cadastro da cultura para que lá no cadastro da cultura, aquelas  
695 pessoas que elas auto se declararem negras, LGBTQI+, elas possam passar por essa  
696 comissão para que tenham uma maior segurança na hora de selecionar essas pessoas  
697 dentro dos editais. Também criarão o site da Lei Paulo Gustavo, essa é uma das que  
698 a PGR já sinalizou positivamente. Então, ele vai ser principal canal de informação com  
699 o público nesse primeiro momento, postarão todas as informações relacionadas a lei  
700 Paulo Gustavo, desde a própria lei, os editais, os regulamentos, as reuniões setoriais  
701 que vão acontecer, as exatas que forem ser elaboradas, então esse vai ser o veículo  
702 de comunicação até o final das eleições e depois das eleições vão poder contar  
703 novamente com as redes sociais. Mas em princípio seria esse site, uma coisa que não  
704 colocou lá atrás, que também está junto com o cadastro é uma coisa que precisarão  
705 conversar também nas setoriais, é sobre as inscrições. A ferramenta de inscrição, que  
706 ela também vai ser importante nesse sentido. Pretendem também ter um novo sistema  
707 com um fluxo melhor, mais assertivo, e que também venha com o que a classe gostaria  
708 que tivesse, porque foi uma das maiores reclamações no programa mais cultura,  
709 apesar de algumas coisas terem sido ditas que não eram muito bem como estavam,  
710 mas acabou pegando todas as informações, a ideia é criar um fluxo mais assertivo, um  
711 sistema de pontuação de inscrição, com as informações que cada linguagem se sente  
712 confortável. **A assessora Anne Paiva acrescentou que** que, no que a Lei Aldir Blanc  
713 foi vaga em relação à prestação de contas e deixou a cargo dos governos estaduais  
714 regulamentarem, a Lei Paulo Gustavo é totalmente diferente. Ela já traz penalidades,  
715 formas de devolução do recurso caso não tenha sido feito o projeto na sua integralidade  
716 e, está na lei federal, provavelmente vai está regulamentado, porque se a lei está



717 dizendo, a regulamentação federal por meio de decreto, também vai dizer. Ou seja,  
718 terão obrigações muito fortes de, por exemplo, pedir a devolução integral do recurso,  
719 porque a prestação de contas não foi feita da forma totalmente correta. Como o Thiago  
720 falou, é um caminho para o Estado, um caminho para os artistas, está continuamente  
721 aprendendo e a cada vez que passa, a cada edital novo, essa prestação de contas  
722 acaba tendo um pouco mais de rigorosidade, porque é um recurso público, então, é  
723 importante, estar lembrando sempre disso. **O assessor Thiago Hermido disse que o**  
724 **que a secretaria** traz de novidade dentro dessa realização de oficinas, é algo que o  
725 secretário ainda está em tratativa, é tentar levar essas oficinas para o interior por meio  
726 da TV Encontro das Águas, que tem sido uma parceira do governo, da Secretaria de  
727 Cultura. De tentar também criar podcasts, a partir das oficinas, para que consiga enviar  
728 para as rádios do interior, porque sabe que no interior a rádio tem uma força muito  
729 grande, então, conseguindo também criar esses produtos, a Secretaria vai tentar levar  
730 essas oficinas para o interior dessa forma e, como sempre, contando com a  
731 colaboração dos gestores municipais para que essas informações cheguem ao interior.  
732 Sabe que o tempo é muito curto, mas entende que talvez a utilização dessas  
733 plataformas, dessas ferramentas os ajudem a ter um alcance maior. E também  
734 lembrando que em 2020 teve algo atípico, que está acontecendo agora, que foi uma  
735 eleição municipal. Então, muitos municípios deixaram de participar, naquele momento,  
736 porque não viam muito seguridade naquilo, alguns já estavam em fim de mandato,  
737 outros não queriam dar continuidade, então eles preferiram não solicitar o recurso, e  
738 aí, agora estão passando por isso, estão no meio de um processo eleitoral, mas ainda  
739 assim todos os estados estão buscando entendimentos em conjunto, para que a  
740 secretaria tenha uma maior segurança na hora de aplicar a lei e não sofrer nenhum tipo  
741 de penalização. O Governo Federal, por exemplo, já abriu mão, já deixou a secretaria  
742 tipo: “mano, faz aí vocês”, que eles só falaram, “a gente vai passar o dinheiro, se vocês  
743 vão conseguir executar ou não, aí é problema de vocês”. Então, estão tentando se  
744 respaldar o máximo possível com a PGE, para que consiga realizar a aplicação do  
745 recurso sem sofrer nenhuma penalidade. Porque, como vocês sabem, há várias  
746 restrições no período eleitoral, como a principal delas não fazer nenhum investimento  
747 em projeto que não seja de continuidade. Então, a partir do momento em que você faz  
748 algum investimento em algo que não é contínuo, você pode sofrer alguma penalização  
749 daquilo, então, está recebendo um recurso federal bastante significativo, a secretaria  
750 precisa também estar muito respaldado, que está nesse ponto. Farão uma  
751 implementação da regulamentação, o Governo Federal já os indicou que a  
752 regulamentação federal será o mais simples possível e que ela vai deixar tudo a cargo  
753 dos estados e municípios. Para quem não sabe, regulamentação é todas as regras do  
754 jogo, dos repasses de recursos, de como vão funcionar os editais, terão que criar as  
755 suas aqui. Só um exemplo que pode dar, em 2020 não existia a possibilidade de fazer  
756 pela Lei 8666 que (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública  
757 e dá outras providências). editais em menos de 45 dias, porque era um concurso, então  
758 foi uma regulamentação do Estado. Depois de muitas conversas com a PGR e que a  
759 secretaria conseguiu alterar isso e implementar dentro da regulamentação e poder  
760 rodar editais em 15 dias, por exemplo, mas assim como tiveram algo positivo, tiveram  
761 um negativo que foi a questão da retenção de impostos que não existe em lugar

762 nenhum do Brasil, mas que a prefeitura de Manaus fez e muita gente está caindo na  
763 malha fina por conta disso. **A assessora Ane Paiva explicou que em** relação à  
764 retenção dos impostos de renda, que acho que alguns dos conselheiros talvez estejam  
765 cientes. A lei Aldir Blanc não falava nada sobre isso, mas a lei Paulo Gustavo,  
766 justamente porque vários estados, vários municípios ficaram com essa dúvida e  
767 tentaram buscar alguma solução para não ter a retenção do imposto de renda. A lei  
768 Paulo Gustavo diz claramente que tem que reter, então, isso já é, inclusive, um ponto  
769 ultrapassado, não vai ter essa discussão agora porque a lei não permite mais. **O**  
770 **assessor Thiago Hermido disse que** os municípios, estados que realizaram a não  
771 retenção, estão tendo muitos problemas e as pessoas também, e caíram na malha fina  
772 e não sabe como que elas vão sair. Aqui no município a gestão atual abriu mão e a  
773 gestão antiga que criou com um acordam que até hoje a secretaria nunca entendeu da  
774 onde foi aquela justificativa. Diferentemente de outros estados, que até tiveram  
775 algumas justificativas interessantes de serem aplicadas, mas não foram acatadas  
776 depois, então isso é um problema, mas enfim, essa regulamentação é que vai trazer  
777 essas regras do jogo. E a partir de algumas escutas que farão também a partir das  
778 reuniões, já irão entender o quê que poderão fazer ou não na regulamentação.  
779 Lembrando que essa regulamentação só pode sair depois que a regulamentação  
780 federal sair. Falta só esses 2 itens, aí, abrirão para fazer abertura dos serviços de  
781 atendimento ao trabalhador da cultura. Já tinham feito esse exercício na lei Aldir Blanc,  
782 pretendem aperfeiçoar não esse atendimento, porque sabem que muitas pessoas  
783 tiveram muitas dúvidas no processo e abrir um canal específico exclusivo para esses  
784 debates, esses diálogos serão muito salutar. Tem uma grande dificuldade na  
785 Secretaria. É bom expor isso para vocês, que é o seguinte, uma coisa que, na lei Aldir  
786 Blanc 2 é muito interessante que na lei Paulo Gustavo, por ser uma lei emergencial não  
787 pôde, a questão de utilizar o recurso da lei para questões administrativas. O quadro  
788 hoje da Secretaria é muito pequeno, fazer qualquer tipo de movimentação, agora exige  
789 todo um estudo que nem sempre é entendido da maneira mais correta pela Sefaz, por  
790 exemplo. Então, estão buscando se organizar da melhor forma possível para atender  
791 a execução dessa lei, porque, ao contrário, em 2020, as atividades não estavam  
792 acontecendo, então, estavam com um corpo técnico a disposição. Agora não. Estão  
793 numa campanha, as ações da Secretaria estão acontecendo. Existem vários outros  
794 eventos. Estarão aí falando de Paulo Gustavo, mais ao mesmo tempo, tem um festival  
795 de dança, tem festival de teatro, tem encontro de cultura popular, então não vai ser  
796 igual 2020 que conseguiram focar as atenções só para Paulo a Lei Gustavo, estão  
797 buscando. Um dos motivos de ainda terem demorado um pouco para começar essas  
798 falas públicas sobre a lei e com a classe era justamente esse entendimento enquanto  
799 estrutura, para saber se consegue dar conta porque estão falando de um recurso que  
800 não se roda tão facilmente no governo em um único dia, ainda mais em 40 dias, 45  
801 dias, no máximo. É um o volume de recursos muito grande e para que a secretaria não  
802 penalize os artistas e nem penalize a gestão, no caso do secretário, porque ele que  
803 responde durante 10 anos, procurar fazer da forma mais cautelosa e assertiva possível.  
804 A secretaria vai fazer, vai criar mais, vai lançar, apresentar ao público também para  
805 consulta pública, o calendário de execução dos editais, que é o período de inscrição,  
806 período de seleção, habilitação, pagamento, que é aquilo que já vem fazendo dos

807 editais. Então, em princípio, essa são as ações, tendo em vista que elas podem ser  
808 modificadas, irão receber muitas ideias ainda. Essa é a primeira fala que estão tendo  
809 com os conselheiros, mais uma vez essa é uma apresentação que o secretário vai fazer  
810 na próxima terça-feira, mas que ele pediu que apresentasse para vocês, para que  
811 também pudesse ouvir qual o sentimento de vocês, principalmente em relação à lei e  
812 o que pode estar acrescentando ou melhorando dentro dessa gestão. **O presidente**  
813 **Kaká** Nós temos coisas a serem encaminhadas ainda, então, pediria que se formulasse  
814 a pergunta no prazo máximo de 3 minutos para cada conselheiro, por favor, tem uma  
815 lista de inscrição, pela ordem, começa com o mestre Camaleão, por favor, Cronômetro.  
816 **O conselheiro Camaleão** quer reforçar a pergunta que fez na reunião anterior. Se há  
817 algum impedimento dos conselheiros participarem do edital; e a segunda pergunta é  
818 sobre a retenção do imposto, se é só para pessoa física ou é física e jurídica. **A**  
819 **assessora Anne Paiva** acredita que em relação à segunda, a retenção do imposto de  
820 renda é só sobre pessoa física, pessoa jurídica continua da mesma forma, não tem a  
821 retenção do imposto, porque é justamente imposto do IR. Em relação aos membros do  
822 conselho de cultura, depende da participação do conselho na elaboração do edital, por  
823 exemplo, enquanto servidores, não são e não podem participar porque participaram da  
824 elaboração, participaram da execução do edital, dependendo do papel do conselho de  
825 cultura nos editais, pode dar uma resposta mais segura. **O conselheiro Durand fez**  
826 aqui algumas observações, se o Thiago e doutora Anne puderem salientar, quer saber  
827 como fica os conselhos não constituídos nesses municípios, já que citou a questão da  
828 plataforma mais Brasil, com uma executora e prestadora de conta e se esses recursos  
829 eles vão passar aqui pelo conselho para aprovação. E aí foi dito também sobre a  
830 questão da execução, em que tem-se até o dia 31/12. Para que esses editais já estejam  
831 aí. Gostou também quando falou sobre a questão do cadastro reformulado, que foi  
832 realmente uma solicitação dos conselheiros e aí pediu que condensasse mais um  
833 pouquinho, como é que é esse remanejamento, de que forma ele vai proceder? Essas  
834 reuniões, poderão ser convocados enquanto membros desse conselho. E aí, finaliza  
835 dizendo que as ações, elas podem ser modificadas, mas parabéns pela equipe.  
836 Gostaria de também contribuir com vocês, enquanto técnicos dessa pasta sobre essa  
837 questão dos avaliadores, tiveram muita dor de cabeça, porque se avalia aqui e se  
838 encaminha para outros avaliadores de outros estados. Esta realidade é uma, a dos  
839 outros estados são totalmente outra. Então, como sugestão que esses avaliadores  
840 sejam realmente da região. **O assessor Thiago disse que** na realidade, existiram dois  
841 corpos técnicos de avaliadores, um que é uma avaliação de habilitação que é feita local  
842 por algumas pessoas indicadas da Secretaria de Cultura e as de que foram de fora. Na  
843 realidade, foi porque só se inscreveram pessoas de fora para o edital de parecerista,  
844 não escreveu uma pessoa só daqui. Então, na realidade, isso vai muito mais do  
845 interesse das pessoas daqui em fazer essa avaliação do que da secretaria ter porque  
846 abriu edital. Acha que foram quase 60 pessoas. Aí um só era do Amazonas, está  
847 publicado em Diário Oficial também está publicado em Diário Oficial o nome dessas  
848 pessoas e o currículo delas. Então, tiveram pareceristas por exemplo da ANCINE e  
849 pareceristas do governo federal. O que estão observando? Que na realidade a  
850 secretaria precisa formatar um edital que seja mais rígido nas avaliações, na cobrança  
851 das avaliações, para que a secretaria tenha um avaliador mais assertivo, entende

852 também essa questão da regionalidade, por isso, a Secretaria está tomando a iniciativa  
853 de não ter mais nenhuma pessoa avaliando ou fazendo qualquer tipo de passe dentro  
854 desses projetos e vai buscar em parceria com as universidades esses avaliadores para  
855 que tenha uma avaliação mais isenta e uma avaliação também mais assertiva, mas  
856 lembrando, são coisas subjetivas. Querendo ou não, não dá para afirmar como que vai  
857 ser. Só vai conseguir entender mesmo depois do processo, a secretaria, sempre fala  
858 que tem que trabalhar para errar menos, então, a ideia é de fato, tentar essa parceria  
859 das universidades para que consigam ter esses avaliadores locais e aí o edital que está  
860 aberto. Uma das coisas que pretende fazer também é aumentar o valor das avaliações  
861 para ver se isso, de certa forma, causa um interesse maior das pessoas daqui. O que  
862 acontece é que as pessoas não vão querer avaliar para participar do edital. Então isso  
863 é algo que vai acontecer, mas é interessante que a secretaria faça convite para o  
864 professor Nogueira, por exemplo, ou outras pessoas que conheça que de repente não  
865 estão tão à frente da produção que já estejam mais nessa parte, da produção intelectual  
866 que talvez participem do edital para que tenha até mais força nessas avaliações. Mas  
867 é algo que a secretaria infelizmente fez na Lei Aldir Blanc, sentiram que teve esse  
868 problema, tentaram melhorar na lei, nos programas do ano passado, tiveram uma  
869 reunião com todos os avaliadores, cobraram eles, inclusive para aqueles que  
870 pudessem ser mais claros nas suas avaliações, porque já haviam tido problemas com  
871 a lei Aldir Blanc e tiveram problemas novamente, então, isso, em sua fala, não foi algo  
872 que é só daqui, imagina no mesmo período muitos editais vão estar abertos pelo Brasil  
873 inteiro. Então, a concorrência de curadores de avaliadores é tipo: “Mano, qual é o que  
874 está pagando mais ou vou lá naquele”. Então, a secretaria precisa de fato, é algo novo,  
875 nunca tiveram um volume de recurso estão grandes sendo aplicado na cultura, num  
876 tempo curto e sem a secretaria ter se preparado para isso, hoje não tem estabelecido  
877 na cidade essa questão de curadoria, avaliadores, ainda é algo que caminha para um  
878 aperfeiçoamento, apesar de ter algumas pessoas que já realizam, a maioria. Então, e  
879 muitos que avaliam daqui, por exemplo, não podem participar do outro, então, é algo  
880 muito delicado, mas estão trabalhando para tentar, como o secretário sempre fala “para  
881 errar menos”. Na questão do sistema, na verdade, é a intenção daquele município, até  
882 porque leva 2 anos para você conseguir concluir, é o mesmo cálculo mínimo de  
883 procedimentos para você concluir um sistema municipal de cultura, então não, ele não  
884 precisa estar com o sistema concluído, ele só precisa ir lá no que é o segundo, ele leva  
885 de 5 a 15 minutos. Você ir lá e dar sua carta de intenção que você vai solicitar, que vai  
886 fazer, aderir ao sistema, então ele não precisa estar com nada concluído. **A assessora**  
887 **Anne Paiva disse que** em relação aos conselhos de cultura dos municípios, essa lei,  
888 ainda dá permissão de ou ser aplicado fundo a fundo ou ser aplicado via secretarias,  
889 Secretaria estadual e municipal. Se por acaso aquele município não tiver um fundo  
890 municipal, que esteja ativo, não tiver um conselho de cultura, ele não vai ser penalizado,  
891 aí ele vai receber e vai aplicar via Secretaria como foi feito, por exemplo, na lei Aldir  
892 Blanc. **O assessor Thiago disse que** a sugestão é que o fundo a fundo seja realizado  
893 na lei Aldir Blanc 2 pela questão emergencial, porque, pelo fundo a fundo, teriam muitos  
894 entraves por conta da lei do fundo. Então, acredita que o conselho, inclusive está aqui  
895 para discutir essas questões que aperfeiçoem essa questão do fundo e que tragam  
896 para as próximas reuniões esses debates, porque ele vai ser muito importante na lei



897 Aldir Blanc 2, estão falando de 5 anos, e uma coisa que tem falado sempre é o que que  
898 estão querendo em 5 anos? Porque sabe que sempre viveu, que trabalha com cultura,  
899 no precário, sempre fazendo hoje para tentar comer amanhã, mas está falando de um  
900 recurso que pode estruturar de fato e fortalecer a cultura do estado, está falando de um  
901 recurso significativo dos próximos 5 anos. Mas sugere isso, é algo que podem também  
902 colocar para discussão de que isso seja feito via plataforma mais Brasil e que vem  
903 através, até porque se for no mesmo fluxo as contas já estão mais ou menos  
904 direcionadas, muito provavelmente vai ser novamente pelo BB Ágil que é o programa  
905 que o Governo Federal utiliza, que é um fluxo mais rápido de recurso. Fazendo pelo  
906 fundo é uma outra conta. Então isso já requer outros entraves, sugestão é, outros  
907 trâmites também, mas coloca também aqui a discussão. (Fala de algum conselheiro -  
908 inaudível) Isso vai depender muito de cada município. Tem município em que tudo vai  
909 para a conta da Secretaria de fazenda e é de lá que eles fazem um pagamento, por  
910 exemplo, a Manaus Cult, que não tem uma autonomia financeira, a Secretaria tem. E  
911 a maior parte de municípios não têm, então é muito delicado quando fala isso, essa  
912 fiscalização deveria ser de fato dos órgãos de controle municipais Ou dos conselhos,  
913 caso tenha essa prerrogativa. Por isso que hoje, por exemplo, na lei Paulo Gustavo, na  
914 lei Aldir Blanc, não tinham o conselho, hoje, tendo um conselho, vem justamente discutir  
915 com vocês isso aqui para que vocês saibam o fluxo que a Secretaria vai tratar na  
916 questão da lei Paulo Gustavo. Estão falando aí de muitos recursos para o município.  
917 Já viram que na lei Aldir Blanc isso não foi tão bom. Tiveram 23 municípios mais a  
918 capital aderindo isso e tiveram muitos problemas. Para dar um exemplo, teve gente que  
919 escreveu no plano e foi negado pelo Governo Federal, escreveu “festa do interior” e  
920 não era para festa no interior, era para artista. Tiveram outros municípios que  
921 infelizmente pegaram recurso e dividiram para duas pessoas todo o recurso do  
922 município, dos projetos. Hoje, não tem exatamente que tipo de penalidades eles vão  
923 ter. Mas uma coisa é clara, se a secretaria der uma ratada na lei, trava todo o Estado,  
924 que a plataforma Mais Brasil é o canal que vem todo recurso federal para cá, então por  
925 isso que toma muito cuidado. **A assessora Anne Paiva ressaltou que é** interessante  
926 lembrar que essa não é uma realidade apenas dos municípios do Amazonas. Quando  
927 estavam lá em Santos, foi uma discussão que tiveram com os outros estados. Muitas  
928 prefeituras na Aldir Blanc realizaram da mesma forma que as nossas prefeituras  
929 realizaram daqui, apesar de alguns estados já terem uma expertise, o histórico de  
930 edital, mas muitos não têm, muitos também estão aprendendo, é um caminho. Da  
931 mesma forma que alguns municípios já tinham esse conhecimento e conseguiram  
932 exceder expectativas quando eles realizaram os editais, tiveram outros que tiveram  
933 muitas dificuldades e que agora, apanharam na Lei Aldir Blanc, vão apanhar menos  
934 agora, até um dia não apanharem nada, essa é a expectativa tanto nossa, quanto deles.  
935 **O conselheiro Elson Rocha iniciou** pela situação dos avaliadores. Infelizmente,  
936 Amazonas parece que não está preparado para os avaliadores locais, quando sai o  
937 resultado dos editais, todas as vezes contempla as mesmas pessoas, os mesmos  
938 movimentos. Então, acredita que os avaliadores precisam sim ser pessoas de fora para  
939 avaliar o projeto, não o proponente. E se possível, fosse para mão deles só o projeto,  
940 sem o nome do proponente, sem os dados do proponente, para que ele pudesse avaliar  
941 realmente o projeto, porque, infelizmente, tanto a prefeitura quanto o Estado, quando



942 saiu o resultado, viram aí vários projetos que não sabem como passou. Uma outra  
943 situação, em relação quando se fala que o recurso é direcionado para o audiovisual.  
944 Se vai ser direcionado somente a empresas de audiovisual, ou as associações podem  
945 fazer projetos voltados ao audiovisual. E se o recurso vai ser fundo a fundo, porque viu  
946 aqui que vai ser criado as câmaras setoriais com os dirigentes municipais, que vai ser  
947 criado um edital para os avaliadores, então, ficou aqui sem ver a função do conselho,  
948 como funcionaria a questão do conselho na execução da Lei Paulo Gustavo, uma vez  
949 que poderia ser fundo a fundo e de repente o conselho ter uma deliberação maior. **O**  
950 **assessor Thiago Hermido respondeu que** tem que deixar uma coisa bem clara aqui,  
951 a partir do momento em que vocês participam mais efetivamente do processo, não  
952 poderão participar dos editais, de nada. Pois, a partir do momento em que abre essa  
953 reunião para tratar disso, entende que isso é uma participação do conselho, não  
954 necessariamente o conselho tem que ter alguma função específica no trabalho da Lei  
955 Paulo Gustavo, sendo ela uma lei emergencial e que, como estava explicando, teria  
956 talvez pouco tempo para executá-la no fundo a fundo. A partir do momento também em  
957 que ela vem fundo a fundo, os conselheiros não podem participar de nenhuma ação,  
958 nenhum edital e de nada. **A assessora Anne Paiva pediu para** responder na próxima  
959 reunião porque irá conferir, para dar uma resposta técnica. **O assessor Thiago**  
960 **Hermido ressaltou que a senhora** Anne tá falando que ela pode conferir isso melhor,  
961 para dar uma resposta técnica. Em seu entendimento mais conceitual, não teria um  
962 problema, porque está falando de uma lei emergencial, que não é o caso, por exemplo,  
963 da Lei Aldir Blanc 2 nos próximos anos, que é uma lei de estruturação do Sistema  
964 Nacional de Cultura, mas seria isso. Discorda do conselheiro Elson sobre a questão  
965 dos avaliadores, disse que se for pegar de fato a lei, tanto a Lei Aldir Blanc, como os  
966 programas do Mais Cultura, não tivera as mesmas pessoas participando e tal. Até  
967 porque, se for parar para fazer uma análise, a Secretaria de Estado não lançava um  
968 edital desde 2012. A gestão do secretário Marcos Apolo trouxe como primeiro, que foi  
969 o “Fica na Rede Maninho”, foi um edital de conteúdo digital na época da pandemia. De  
970 lá trouxeram mais a Lei Aldir Blanc, que na realidade é um recurso do Governo Federal,  
971 que a secretaria aplicou 3 editais, o Equipa Cultura, Feliciano Lana e o Encontro das  
972 Artes. De lá, ainda na segunda onda da pandemia, abriram novamente editais de  
973 conteúdo digital, mais 3 também, um voltado à literatura, outro voltado à aquisição de  
974 obras de artes, e o outro também de conteúdos digitais. E depois o programa Mais  
975 Cultura, novamente com o Equipa Cultura, com o Cultura em Rede e o Amazonas  
976 Criativo. E se perceberem, as pessoas não se repetem nesses editais. E uma coisa  
977 que não acontecia há muito tempo, conseguiram atingir 50% dos projetos do interior.  
978 Antes sempre tinha 70 da capital, 30 do interior, agora não, a secretaria tem uma  
979 competitividade maior porque o edital permite a participação das pessoas do interior,  
980 por exemplo, e reserva vagas, então, a secretaria tem muitas participações. Hoje o  
981 edital, se forem lá nos contemplados é 50% da capital, 50% do interior. Talvez ainda  
982 tenha a visão do Conexões Culturais, que ele acabou sendo um edital que por  
983 acontecer todo ano, então, acabam vendo ali, talvez, alguns projetos e tal, algumas  
984 pessoas sendo contempladas também, mas inclusive foi uma reclamação no programa  
985 Mais Cultura, de algumas classes, de que aquelas pessoas que sempre ganharam não  
986 ganharam dessa vez, ganhou um monte de gente nova e tal. Então rolou esse pequeno



987 embate, que na realidade pretendem vencer da seguinte maneira, quando forem  
988 conversar com a classe, abrir editais para primeiros projetos, se isso vai ser entendido  
989 de uma forma positiva ou não com a classe, verá nas reuniões, mas vê que isso  
990 funciona muito bem nos outros estados. Sempre tem um edital para primeiros projetos,  
991 até porque, para dar oportunidade para aquelas pessoas que de repente, inéditos,  
992 primeiros projetos, exatamente. E, no outro edital, que contemple todo mundo, que todo  
993 mundo se sinta à vontade para participar. **A assessora Anne Paiva comentou sobre**  
994 uma questão que o conselheiro falou sobre talvez os analisadores, os curadores, não  
995 olharem o currículo. Isso acaba tirando a possibilidade de eles visualizarem, essa  
996 pessoa tem experiência nessa área? Qual o histórico dela nessa área? Então, é algo a  
997 ser pesado quando elabora um edital. Uma outra questão que o conselheiro Elson  
998 perguntou em relação ao audiovisual que, as associações vão poder participar ou só  
999 empresas? A secretaria tem, em relação ao recurso específico para o audiovisual 4  
1000 incisos de apoio, e alguns deles, um especificamente é para micro e pequena empresa,  
1001 mas os outros não, eles são livres. Dentre esses livres, tem um inciso que fala  
1002 especificamente sobre manutenção de projetos já em andamento e outros não, eles  
1003 são abertos para novos projetos. Tem, quando pega para ver o que pode ser  
1004 desenvolvido a partir do recurso dessa lei, não é da área do audiovisual, então pode  
1005 falar tudo errado aqui, mas assim, realização de filmes, apoio a cineclubes, apoio a  
1006 cinema de rua, apoio a cinema, fechar a sala de cinema. Tem inclusive uma coisa que  
1007 na Lei Aldir Blanc tinha, mas não era obrigação do Estado e sim dos municípios. Por  
1008 exemplo, subsídio mensal, ele permite isso e é o do subsídio mensal que ele especifica  
1009 para micro e pequenas empresas é o inciso IV. Mas ele fala de tudo, capacitação  
1010 audiovisual, arquivo de memória, feira de cinema, mostra de cinema, ele dá um leque  
1011 muito grande de ações que poderia fazer. O que ele diz é, esse recurso aqui x só pode  
1012 ir para essas ações; o Y para essas, porque até mesmo dentro do recurso designado  
1013 para o audiovisual, por exemplo, não pode usar tudo para fazer edital só de mostra,  
1014 não, tem que dividir. Exato, têm ações específicas. E aí, não poderão esquecer que,  
1015 além do recurso do audiovisual, tem o outro recurso que é o recurso livre, porque tem  
1016 3 incisos que permite utilizar um recurso que não é para o audiovisual, é para as demais  
1017 áreas da cultura, expressões artísticas, exatamente. A Lei Aldir Blanc não dava muita  
1018 visualização em relação à uma pessoa, por exemplo, um coletivo sem CNPJ poder  
1019 participar. A Lei Paulo Gustavo não é muito clara nisso. Então, tentará conversar com  
1020 a PGE para ver se consegue, por exemplo, permissão de coletivo, mas com  
1021 representação física e não representação pessoa jurídica. É algo que está tentando  
1022 trabalhar, porque tem que trabalhar na legalidade, não pode fazer uma coisa e depois  
1023 aquela entidade ter que devolver o recurso porque não atendeu a lei, está estudando  
1024 isso. **O assessor Thiago Hermido disse que tem** um ponto sobre o que o conselheiro  
1025 Elson falou, que acha que ela precisa ser um debate até dentro das próprias inaudível  
1026 nesse entendimento. Entende que quando o conselheiro pergunta se as associações  
1027 vão poder participar, é sim uma associação folclórica, por exemplo, vai poder pautar a  
1028 questão do audiovisual. No entendimento da secretaria, sim, mas sabe que irão ouvir  
1029 a categoria do audiovisual e sabe que a “galera de lá é osso duro de roer”. Mas acredita  
1030 que sim, porque é um recurso que está livre para todo mundo, pela questão mesmo,  
1031 está falando de um edital emergencial, por exemplo, entrarão em um embate muito

1032 ferrenho com eles que é, por exemplo, fazer longa-metragem. Longa-metragem não é  
1033 um projeto para uma lei emergencial, mas sabe que vai ser uma pauta que eles vão  
1034 cobrar. Mas aí, pode até levar porrada, mas a pessoa também leva. O Governo Federal  
1035 está entendendo que acima de R\$ 100.000,00 na lei Aldir Blanc é concentração de  
1036 recursos. Então tiveram projetos de pessoas físicas acima de R\$ 100.000,00. Fizeram  
1037 a avaliação, o TCU vai fazer a deles. Então, precisa está muito claro sobre essas  
1038 questões, precisam ser racionais, estão falando de um recurso público, é uma lei  
1039 emergencial, mas acredita que possa participar e terá que criar métodos e  
1040 metodologias dentro dessas reuniões para que consigam, como foram vencidos da  
1041 última vez, por exemplo. Os editais da Secretaria de Cultura, num primeiro momento,  
1042 eram de 40, de R\$15.000, à R\$80.000 o máximo do valor. A galera bateu porque era  
1043 pouco, porque não tinha projeto suficiente e foi a briga. Depois falou que seria só um  
1044 proponente por projeto, “não, tem que ser 2 pessoas física, 2 pessoas jurídicas”. A  
1045 secretaria tem quase 3.000 inscritos para 800 projetos contemplados. O Governo  
1046 Federal entende isso como concentração de recursos. Então, é preciso ser muito  
1047 racional mesmo e lógico naquele momento, de fato, não tinham uma ideia mesmo. Será  
1048 que vai ter projeto suficiente para quase 45 milhões de reais? Sabem que tem, hoje  
1049 tem. Então, é preciso ser muito racional. Até respondendo à pergunta, os conselheiros  
1050 devem sim participar das reuniões, a Secretaria conta com essa participação. Essa  
1051 participação, em nenhum momento, como todos os outros cidadãos, estará discutindo  
1052 os editais. Só que aí é uma coisa, vocês participarem mais a fundo da elaboração desse  
1053 edital, da execução dessa lei, é que pode contar. Então, os conselheiros já têm uma  
1054 ideia do que está se pensando em relação as demandas que são necessárias para  
1055 classe. Uma briga que a secretaria também vai contar, “tem que ter um edital para cada  
1056 linguagem”, aí poderão tentar fazer que nem no Feliciano Lana. Mas aí abrir um edital  
1057 para cada linguagem é matar a PGE do coração, por exemplo, mandar 17 editar lá para  
1058 PGE analisar. Então, precisa ter e demanda mais tempo, precisa ser muito racional,  
1059 objetivo, por isso que a ideia é contactar uma universidade, para que crie uma  
1060 metodologia, “galera, a gente vai fazer isso, isso, isso e isso” para ter esse resultado,  
1061 todos concordam? E poder elaborar esses documentos que sejam seguros tanto para  
1062 a Secretaria, quanto para os artistas. **O conselheiro Bosco Borges disse que as**  
1063 **perguntas que ia fazer já foram respondidas.** Queria também deixar um alerta com  
1064 relação essas restrições. Nenhum município do interior vai produzir longa-metragem,  
1065 não tem condições, acha que dificilmente a capital vai produzir, então é um recurso  
1066 que, dentro desse item, vai ser muito difícil, Salas de cinema, quantos municípios têm?  
1067 Tem o recurso para apoiar as salas de cinema, é difícil ter. A não ser que seja para  
1068 abrir salas de cinema e não é, ninguém vai poder se inscrever nesse inciso salas de  
1069 cinema no interior. Sabe que lá em Itacoatiara tem um que abriu, fechou, abriu, fechou,  
1070 já fez convênio, já fechou. Então, já é um recurso que não vai nem poder pedir, sabe  
1071 que não tem condições. Então, essas questões complicadas, por exemplo, na Lei Aldir  
1072 Blanc, não podiam usar o recurso para contratar gente de fora para fazer o trabalho  
1073 dentro do município. Como é que vai dar oficinas para os municípios? Essa equipe não  
1074 pode contratar gente de fora. Tem essas questões nos municípios, é uma realidade de  
1075 Itacoatiara, mas tem um município muito menor ainda que não vai poder, então muitos  
1076 itens aqui, os municípios não vão poder solicitar recursos porque são específicos. **O**



1077 **assessor Thiago disse que** uma coisa que viu nos outros estados, que funciona bem  
1078 e que essa gestão continuando também, pretende implementar os consórcios. Eles dão  
1079 muito certo nos estados, então, ao invés de Itacoatiara pegar o recurso sozinha, ela  
1080 aglutina aos outros municípios: Silves, Itapiranga, faz uma coisa só, recebe esse  
1081 recurso e aplica um edital para essa região. A ideia de consórcio para repasse de  
1082 recurso é muito interessante e talvez seja um caminho que talvez o conselho possa  
1083 trazer também para discussão, para que supere a questão da lei Aldir Blanc 2 e  
1084 consigam fazer com que esse recurso de fato, chegue ao município. **A conselheira**  
1085 **Jordania Damasceno disse** que recentemente fez um cinema. Se não der para fazer  
1086 salas de cinema, mas com o interior possa ver que pode se adaptar. Se não adaptar,  
1087 tirou por aqui, pela periferia. Aqui no Santo Antônio, onde mora, é um bairro muito  
1088 carente, levou o cinema para lá. Aí você diz: “como”, pegou uma tela de cinema de rua  
1089 previsto na lei. Então, poderão procurar, criar mecanismos para que não percam essa  
1090 verba. Que possa adaptar a capoeira na rua, dentro da escola, como ele tem feito, o  
1091 SINE tem muita coisa para criar. **O conselheiro Bosco acha que** que tem que ser  
1092 diferenciado dos avaliadores da capital, porque existe as realidades. Sugeriu também,  
1093 que as propostas que ficaram de reserva nos outros editais também fossem  
1094 observadas, porque por pouco não entraram e em Itacoatiara, tem muita gente  
1095 reclamando: “ficaram na reserva” O mesmo projeto tem vários editais e não entraram,  
1096 são projetos bons do interior. As oficinas poderiam ser no mesmo sistema que está  
1097 sendo o LICEU Digital, que está dando certo. Leva os jovens para sala, projeta na sala  
1098 a aula e aí várias pessoas assistem ao mesmo tempo e tem um chat para fazer a  
1099 pergunta, então seria uma sugestão. **O conselheiro Michell Mello perguntou se** esse  
1100 material que foi apresentado, será compartilhado com os conselheiros. **O assessor**  
1101 **Thiago respondeu que** o secretário apresentará na live de terça-feira esse material,  
1102 está apresentando agora como forma de já dar início aos diálogos sobre a lei Paulo  
1103 Gustavo. **O conselheiro Michell Mello perguntou se** posteriormente poderão  
1104 compartilhar com outras pessoas. **Thiago Hermido** respondeu que sim. **O conselheiro**  
1105 **Michell Mello perguntou se** os conselheiros poderão ter alguma forma de de oficinas  
1106 para se adequarem em todo esse trâmite. **Thiago respondeu que a SEC** pode pensar  
1107 em realizar assim. **O conselheiro Michell Mello perguntou se os proponentes** vão  
1108 para poder participar nos cinco anos seguintes ou eles vão intercalar ou não vão poder  
1109 participar se tiver participado no ano anterior. **A assessora Anne Paiva respondeu**  
1110 **que** por enquanto, não tem vedação aí nisso, mas não pode dizer que não vai ter.  
1111 Porque se a regulamentação vê com essa vedação, mas por enquanto, não, por  
1112 exemplo, não tem vedação de ter participado, recebido recursos da Aldir Blanc para  
1113 esta e que se recorde, nem da Aldir Blanc 2 para de Aldir Blanc 1. **O conselheiro**  
1114 **Michell Mello perguntou se** todas as cadeiras poderão criar projetos para execução  
1115 do audiovisual que estejam dentro do audiovisual. **O assessor Thiago respondeu que**  
1116 **sim.** Isso vai muito depender do que a setorial do audiovisual vai determinar como  
1117 editais, que nem foi mostrado ali, são vários incisos, mas não necessariamente que vai  
1118 ser só um edital para cada inciso. A SEC quer que seja um edital para cada inciso. A  
1119 primeira proposta da Secretaria seria 7 editais, pelo que estão vendo ali, a SEC prefere  
1120 de fato conversar e tentar estabelecer aí um diálogo que consiga fazer um documento  
1121 que não tenha tanto problema, mas poderão participar assim. **O conselheiro Michell**

1122 **Mello perguntou** se aquela avaliação que será feita, aquela identificação, se os  
1123 conselhos poderão ou não participar, pede que sejam avisados antes de dizerem:  
1124 “você já tiveram o pacto, já fizeram pacto, não podem mais”. **O assessor Thiago**  
1125 **respondeu que** não, a assessora Anne já pode verificar na próxima. **O conselheiro**  
1126 **André Durand** perguntou o que foi discutido nas conferências municipais, estaduais e  
1127 que foi levada para nacional. Pediu para que o assessor fizesse um apanhado, porque  
1128 quando trata dessa questão de audiovisual já foi discutido lá e foi fidelizado para que  
1129 esses municípios, assim como o que foi discutido na setorial de dança a nível Brasil,  
1130 que as escolas até 2022 tivessem salas de dança constituídas, tanto na rede pública  
1131 quanto particular. Conversei com a secretária Cuca e pedi essa informação dela para  
1132 saber e quando conselheiro do poder público, fala nessa questão também dos editais  
1133 que alguns municípios não poderão, mas nesses municípios tem muitos profissionais  
1134 que já estão surgindo, já estão aí acampando, e vão querer participar, então seria  
1135 interessante já fazer um mapeamento nesses 62 municípios que o senhor responde a  
1136 exemplo a cidade de Manaus para saber quem são esses fomentadores que já  
1137 trabalham e que poderão contribuir, está ali inserido e essa questão também, de  
1138 quando não atingir, vai voltar para o fundo a fundo ou aí, quem vai administrar essa e  
1139 será possível remanejar. **A assessora Anne Paiva disse ao conselheiro** Bosco que  
1140 a Lei Paulo Gustavo, não prevê uma coisa que talvez a Aldir Blanc 2 vai ajudar. A Aldir  
1141 Blanc 2 vai prever uma parte do recurso sendo utilizado para operacionalização por  
1142 parte da prefeitura. Então, por exemplo, vão conseguir contratar curadores, pessoas  
1143 para fazerem cursos, nesse sentido, mas essa não vai prever. Em relação ao que vai  
1144 acontecer com o recurso em relação ao remanejamento, existem duas limitações nessa  
1145 lei, a primeira é: o recurso do audiovisual, não pode ser mexido e não pode ser mexido  
1146 inciso a inciso, então: “Ah, não consegui atingir o número máximo de projetos para o  
1147 inciso um”, até agora não poderão fazer nada com isso, não vão poder pegar o inciso I  
1148 e utilizar no inciso II ou remanejar para outras áreas que não audiovisual. Por enquanto,  
1149 essa é uma vedação, devolve, tanto que é por isso que o governo federal, na reunião  
1150 que tiveram, eles falaram: “Você acha que não tem possíveis interessados ou pessoas  
1151 que vão ganhar esses editais nesses incisos, não peça recurso”. Eles estão bem fortes  
1152 nesse sentido. Em relação ao que vai acontecer com o recurso caso o município não  
1153 solicite, isso será remanejado entre os outros municípios do estado, por enquanto, por  
1154 exemplo, se o município, está lá previsto, porque a SEC tem a definição pelo número  
1155 de habitantes e também pelo rateio do FPE, se por acaso o município, não aceitar  
1156 esse recurso, não quiser, o recurso vai estar lá, esse valor, será repassado para os  
1157 outros municípios, que eles tenham feito um plano, que eles tiverem interesse em  
1158 receber esse recurso, mas de que forma? Se cabia ao município receber 100 mil reais,  
1159 ele só vai poder receber agora no segundo rateio mais 100 mil reais. Ele não pode  
1160 receber tipo 300 mil reais a mais. Ele tem o poder de receber 100% a mais do que ele  
1161 pediu anteriormente. A SEC ir ver logo, é servidora do estado, e o que o estado vai  
1162 fazer aqui, que é o que interessa? De primeira, o estado receberia o recurso apenas  
1163 após 180 dias depois dos municípios receberem. Se vocês fizerem a conta, 180 dias é  
1164 2023. Então, possivelmente não irão receber esse recurso, a não ser que haja, como  
1165 Tiago falou, uma MP, alguma alteração nessa legislação para poder, como aconteceu  
1166 no Aldir Blanc, vai poder utilizar no ano seguinte. Como vai ter uma potencial mudança



1167 das pessoas que são votantes para MP ou para uma nova legislação, não sabem em  
1168 que pé isso vai ficar. A princípio, estão no freio. Os municípios é que vão receber esse  
1169 remanejamento e vai ficar aguardando. **O assessor Thiago explicou que** a previsão  
1170 é a SEC abrir 4 contas, duas nesse primeiro momento, uma para audiovisual e outra  
1171 para as demais linguagens. E caso recebam esse remanejamento, mais 2 contas. Em  
1172 2020, por exemplo, receberam o remanejamento dos municípios, de 39 municípios que  
1173 não aderiram a lei Aldir Blanc a SEC recebeu esse recurso e o secretário teve a ideia  
1174 de fazer um edital exclusivo para o interior. Então, devolveram esse recurso para o  
1175 interior com o Encontro das Artes E aí foi muito legal, tiveram muitos projetos no interior,  
1176 isso foi muito bacana mesmo, inclusive com pontuação maior para aqueles municípios,  
1177 que não conseguiram, que não aderiram a Lei. Então, por exemplo, Parintins, que já  
1178 tinha aderido à Lei, tinha uma pontuação menor, mas sei lá, um outro município que  
1179 não tinha aderido à lei, tinha uma pontuação maior, então as pessoas que faziam  
1180 projetos naquele município acabavam se beneficiando mais. Nesse remanejamento,  
1181 infelizmente isso não vai acontecer agora, mas lembrem, essa lei está sendo discutida  
1182 desde o ano passado e a ideia é que ela fosse votada no máximo em março, se ela  
1183 fosse votada em março, teriam todas essas condições favoráveis, mas infelizmente ela  
1184 foi aprovada, foi promulgada, no dia 8/07/2022. A SEC está com uma expectativa de  
1185 receber esse curso em outubro. **O suplente Carlos Eduardo destacou que as**  
1186 **pessoas** físicas que fizeram o projeto da lei Aldir Blanc e não prestaram conta, terão  
1187 que devolver para o TCE- Tribunal de Contas do Estado - e elas não poderão ingressar  
1188 para lei Paulo Gustavo, ou seja, não vão poder fazer projeto e nem receber. **Thiago**  
1189 **perguntou se** é um comentário ou uma pergunta, pois não entendeu, está falando de  
1190 90 dias, há muitos trâmites, até 90 dias, mas estão sendo pessimista, estão esperando  
1191 90 dias, que em outubro eles paguem e aí eles pagando em outubro tudo isso que está  
1192 falando, pessoal, só vai acontecer de fato, lógico, nas oficinas e tal, mas os  
1193 procedimentos de abertura de edital, de um plano, a plataforma precisa estar aberta,  
1194 começa aí: abrir a plataforma. Em 2020, foi o terceiro estado a receber o recurso, então  
1195 foi massa, foram rápidos, teve estado que recebeu muito depois. Inclusive teve um  
1196 município do Amazonas que foi o primeiro a receber, que não lembra agora qual foi,  
1197 mas o primeiro a receber recursos da lei, Aldir Blanc, de 2020, foi um município do  
1198 Amazonas. Eles foram mais rápidos, mas assim como estão prevendo essas  
1199 conversas, o que precisa está claro que a regulamentação tem que estar redondinha e  
1200 os planos, a conversa com a classe precisa estar redondinha. Abriu a plataforma se  
1201 inscreve, inscrevendo lá, aprovado, a SEC só espera os recursos cair, só pode abrir  
1202 qualquer coisa, ao contrário da prefeitura, o estado trabalha com o financeiro. A SEC  
1203 precisa estar com o dinheiro em conta para poder abrir um edital, não consegue abrir  
1204 um edital sem ter o dinheiro em conta. **A assessora Anne Paiva** disse que é  
1205 interessante também falar aqui sobre o plano, quando fala: “Ah, colocar o plano na  
1206 plataforma mais Brasil”, o que significa? Tem que ter um planejamento já de quais  
1207 editais vai lançar, porque vai colocar lá na plataforma: edital nesta forma, edital desse  
1208 jeito. Tem que especificar já os editais, quando coloca esse plano na plataforma, então  
1209 por isso que essa é uma conversa anterior ao plano até receber o recurso e já tem que  
1210 está tudo planejado. **Thiago disse que em 2020** a SEC demorou quase 40 dias, foi  
1211 muito tempo, então é preciso ser mais ágil agora, porque o tempo é menor. E de repente



1212 até trabalhar numa regulamentação, de 15 dias também. Muito provavelmente terá que  
1213 fazer isso, por isso que é interessante que as pessoas também nessas conversas das  
1214 setoriais, que deixe isso claro, que as pessoas já estejam com seus projetos. Não dá  
1215 para inventar projeto ou tentar. É, os projetos que já vêm sendo realizados para dar  
1216 manutenção, dificilmente põe em questão de ineditismo, não é dentro dos editais, lógico  
1217 que se está falando de primeiros projetos, é que nem o próprio Durand salientou "Não  
1218 é inédito, então, precisa estar bem madura em relação a isso, porque há um outro  
1219 debate que vai ser também ferrenho é a quantidade de projetos que vai inscrever. As  
1220 pessoas querem que fique aberto, mas num tempo tão curto, é muito difícil, às vezes  
1221 receber 10,20 projetos do mesmo proponente e às vezes esse projeto vem repetido,  
1222 isso também causa um entrave muito grande, chegou a receber o mesmo projeto 5  
1223 vezes na Lei Aldir Blanc. Então, você vai avaliar, é o mesmo projeto. Uma coisa que  
1224 tem feito, que o sistema tem sido bem sucedido, é que a SEC não envia documento, o  
1225 cara recebe a senha dele, ele entra na plataforma e o projeto está todo lá. Por lá  
1226 mesmo, ele avalia, a SEC não manda e-mail, isso não existe. É uma coisa que brigou  
1227 bastante para ter, porque isso agiliza também um processo e o torna mais transparente,  
1228 a partir do momento em que recebe uma auditoria, o projeto foi avaliado, todo mundo  
1229 com a sua senha, ninguém tem a senha de ninguém, senhas administrativas, são  
1230 senhas administrativas, então isso é uma coisa que é bem legal, que deu muito certo.  
1231 A SEC quer muito que as pessoas escrevam apenas um projeto, mas sabe que não vai  
1232 acontecer. **O conselheiro Jonifferson primeiro** agradeceu os assessores a Anne e o  
1233 Tiago pela explanação muito interessante. Alinha alguns pensamentos, deleta alguns  
1234 outros e fica com a possibilidade de ver outras situações que possa estar agindo em  
1235 prol da cultura. **Segundo**, pediu para prestar muita atenção nessa questão das  
1236 inconsistências, na prestação de contas, porque o estado fica comprometido como um  
1237 todo. Isso é muito, muito, muito importante que fiquem muito atentos a essas  
1238 inconsistências daquilo que o edital prevê, daquilo que a Lei diz para não ter problema  
1239 para o estado. **Terceiro**, é que os centros de de educação de tempo integral da  
1240 SEDUC, os novos, principalmente, já têm uma sala de dança que que serve para os  
1241 projetos da escola, mas há aquela possibilidade de que já viu e que pode abrir. Tem  
1242 um auditório e tudo mais. Acha que a partir dessa conversa, pode ver aquilo que tem  
1243 de projetos que possam ser além daquilo que é curricular, não é o extra curricular da  
1244 escola é uma demanda que deve avançar para frente. Por último e não menos  
1245 importante, acha que aqui enquanto conselheiro estadual de cultura, gostaria de dar os  
1246 parabéns pelo dia da capoeira ao Mestre Kaká Bonates e ao Mestre Camaleão, não  
1247 pode passar em branco hoje o dia da capoeira. No decorrer da sua inscrição, surgiram  
1248 essas 3 situações, principalmente pelo esclarecimento de vocês. Muito obrigado e  
1249 parabéns, Kaká, Mestre Camaleão, estamos juntos nessa luta aí. Sonha que lá na  
1250 frente esse dia seja comemorado a capoeira na escola também, com vários eventos,  
1251 isso é um sonho nosso daqui para frente. **O Secretário Geral** parabenizou a doutora  
1252 Anne Paiva e o Thiago Hermido pela clareza na explanação da LPG, da Paulo Gustavo.  
1253 Nos fóruns de música, debatem também sobre a questão dos avaliadores, dos  
1254 curadores. Tem uma posição ambígua mesmo. Tem duas posições, duas teses, uma  
1255 quer que seja só pessoas locais e o outro que seja pessoas só de fora. Então, tem que  
1256 encontrar o meio termo, nisso aí. Ficou surpreso com a representante da SEC quando

1257 falou que estava aberto. Realmente o que ela falou corroboram exatamente, confirma  
1258 que ela disse, que estava aberto o edital dos curadores e teve, ela disse que não tinha  
1259 tido nenhum, já falou que tem um inscrito local, então, estava aberto, na época dos  
1260 curadores. Aí depois ficou sabendo que o pró-labore não era muito atrativo. Mas ela  
1261 disse também que tem para o pró-labore de graça. Então, essa questão aí tem um meio  
1262 termo como a proposta também da Manaus CULT que é de fazer 50% dos convidados  
1263 de fora e os 50% de curadores locais, porque existe uma tese de que os curadores de  
1264 fora, às vezes, eles saem daqui fazendo chacotas de alguns projetos por não  
1265 entenderem a linguagem. E aí por isso que a tese do professor lá era que fosse pessoas  
1266 de fora. Sobre as políticas afirmativas como estão pensando? Elas serão um edital à  
1267 parte, uma pontuação à parte, ou uma pontuação a mais, ou como é que vai se dar? É  
1268 uma pergunta a nível de esclarecimento. Outra coisa, os restauros das salas, dos  
1269 cinemas do poder público, como se dará? O próprio Estado vai fazer um edital para ele  
1270 participar? Porque tem umas vedações na lei que são de ações regulares, que o estado  
1271 não pode, então, queria ver como é que ficaria. sobre a questão rural, já contempla no  
1272 todo ou se vai ter à parte. Quanto à regulamentação, vai ter algum edital para a questão  
1273 rural, que também a Lei Paulo Gustavo contempla, mas quer saber como é que eles  
1274 vão ter acesso a isso. Um outro ponto bem rápido é sobre a regulamentação, quando  
1275 se dará a do Estado? E, sobre as inscrições? Foi retirado da Lei Paulo Gustavo a  
1276 questão do cadastro, porque isso era burocrático. Não entendeu se a inscrição era do  
1277 projeto ou se era de cadastro dos artistas, porque parece que não vai ter mais cadastro  
1278 para os artistas participarem, porque durante os outros editais, precisava estar  
1279 cadastrado no cadastro da SEC para participar. Parece que na Lei Paulo Gustavo não  
1280 é assim. Quer que só que confirmem. O imposto de renda na Lei Aldir Blanc, muitos  
1281 artistas que apresentaram o projeto tiveram surpresas na hora da prestação de contas,  
1282 então não tinha imposto de renda, agora tem, queriam matar o Tenório, o pessoal da  
1283 ManausCult. Pelo menos ficou sabendo. É bom que essa já vem prevendo que vai ter  
1284 imposto, então tem que deixar bem claro mesmo, isso é importante. E por fim, colocou  
1285 a questão do fundo a fundo que precisa discutir. Não é nem a favor, nem encontra num  
1286 sentido de que, se não entrarem no fundo a fundo, aí então, podem participar segundo  
1287 a lei do Fundo Estadual de Cultura. Agora sim, a partir do momento em que vem para  
1288 o fundo, aí pronto, aí será curador para ver se ganhar pelo menos um pró-labore. Mas  
1289 nesse momento que o JETON está defasado, não queria defender o fundo a fundo,  
1290 para poder apresentar um projeto e aí depois discutir melhor. **Anne Paiva respondeu**  
1291 **que em** relação às salas de cinema públicas, é curioso, quando começou a ler ficou  
1292 “meu Deus, o que que isso quer dizer?” O que entendeu, porque de fato, não tem como  
1293 repassar um recurso para nada do Estado, não funciona assim. Mas, o que que  
1294 entendeu dessa análise, até conversou com o pessoal do Governo Federal em relação  
1295 a isso, eles não foram 100% claros, mas o que entende sala de cinema pública: não  
1296 paga ingresso para entrar. Sala de cinema privada: paga ingresso para entrar e não  
1297 quer \*inaudível\* pelo poder público ou não. Essa foi a interpretação que acha que é  
1298 mais correta, elas ambas são privadas, no conceito de não serem do Estado, tanto do  
1299 município quanto do Estado, mas elas são independentes, não paga ingresso ou paga  
1300 ingresso, pronto, salas de cinema nesse sentido, mas não que seja do Estado. Porque  
1301 não teve nada específico em relação a isso, mas nas conversas foi até onde o Governo

1302 Federal meio que deixou entender. Em relação às políticas afirmativas. Na Lei Aldir  
1303 Blanc não havia nada referente a isso, na Lei Paulo Gustavo, ela é inovadora em botar.  
1304 É necessário que haja políticas afirmativas, essas políticas afirmativas são LGBT,  
1305 populações nômades, negros, indígenas, povos tradicionais, povos de terreiro,  
1306 quilombolas, ela conseguiu demonstrar bem um grande número de minorias que  
1307 podem receber essas políticas afirmativas. Pelo que haviam conversado, a ideia não é  
1308 fazer um edital específico para minorias, mas botar algum tipo de prerrogativa, ou cotas,  
1309 ou pontuação, isso depende também da classe, o que a classe vai. **Thiago Hermido**  
1310 **disse** que em suas conversas também terão, setoriais, terão conversas específicas  
1311 com esse público, porque entendem que esse público tem que dizer qual é a melhor  
1312 forma de elaborar, ou dentro da legalidade do Estado, de conseguir fazer. Mas  
1313 entendem, num primeiro momento, que seriam, de fato, pontuações, talvez número de  
1314 vagas específicas “ah, aqui vai ter tantas vagas”, mas isso vai depender muito, de fato,  
1315 de como esse edital vai se dar, no que a SEC está prevendo de recurso. Pois, sabe,  
1316 quanto maior o recurso, menos projeto, que acaba aumentando o número de recursos  
1317 para cada projeto, e então diminui o número de participantes, vai muito depender dessa  
1318 conversa. E como está vendo também, um recurso 51 milhões, quase 40 milhões é só  
1319 para o audiovisual, é um recurso muito significativo e sobra para o restante das  
1320 linguagens 13 milhões. O audiovisual vai receber o que praticamente o Estado todo  
1321 recebeu na Lei Aldir Blanc, recebeu 38 milhões e alguma coisa, o audiovisual vai  
1322 receber 37. O que acontece, o audiovisual tem leis e programas muito bem  
1323 estruturados, desde a criação da ANCINE e o próprio Fundo Setorial do Audiovisual,  
1324 até vem primeiro do que o Fundo Nacional de Cultura. A estruturação desses editais  
1325 do audiovisual ao longo dos anos, se deu muito em questão de CNPJ, até porque os  
1326 editais para prever um projeto de audiovisual, por exemplo, você tá falando de uma  
1327 estrutura de 3 a 4 anos para executá-lo, um longa-metragem ninguém faz em 1 ano, 6  
1328 meses. São recursos muito robustos, por que eles geralmente trabalham assim?  
1329 Porque eles não recebem um recurso todo. Você recebe um recurso para pré-  
1330 produção, aí nesse recurso você tem que fazer o projeto de pré-produção, entregar um  
1331 relatório e só depois que seu relatório é aprovado que você recebe o restante do  
1332 recurso para fazer a produção. Aí depois que você faz a produção, manda o relatório,  
1333 aí depois que você recebe o recurso para pós-produção. Ninguém recebe o recurso e  
1334 “toma, faz o filme”, não existe isso. Então, por este motivo, a ANCINE prefere trabalhar  
1335 com CNPJ. Inclusive até para trabalhar no meio tem que ter pelo menos um MEI ou  
1336 CNPJ, porque você só é pago por MEI e CNPJ, porque depois eles vão pegar toda  
1337 essa prestação de contas, de todo mundo. Uma solução para vencer e superar alguns  
1338 debates que terão daqui para frente com a galera é, de repente fazer algo que na Lei  
1339 Aldir Blanc A SEC recebeu reclamações, que é a questão das cartas de anuência. Todo  
1340 mundo pediu para tirar carta de anuência. O que que a galera fez? Chamou o Durand,  
1341 botou a carta, falou que ele ia participar do projeto, o Durand nem estava sabendo, a  
1342 carta de anuência respalda a secretaria. Aí a galera vem e bate em quem? Na SEC  
1343 mas não foi ela que mandou aquele projeto. E nem tem como ligar para o cara, “mano,  
1344 e aí, Durand, tu tá participando desse projeto mesmo?”, não é atribuição da SEC fazer  
1345 isso. Exatamente, então a carta de anuência e, principalmente, depois no relatório ter  
1346 aquele recurso, são discussões que precisam ter, só que acredita que elas são

1347 discussões a médio e longo prazo, mas é meio que isso. Poderá falar depois, quais  
1348 mais que não respondeu? A regulamentação estadual só pode sair depois que a  
1349 regulamentação federal sair. Não tem nenhuma. O que a SEC pelo menos já teve, isso  
1350 foi até curioso, já teve uma primeira conversa e eles já tem uma regulamentação pronta.  
1351 Eles afirmaram isso, só não quiseram abrir lá para verem. A inscrição na Lei Aldir Blanc  
1352 não tinha o Cadastro da Cultura que era para o inciso I, que era para as pessoas que  
1353 iam receber o auxílio, não tinha para projetos, tanto que a SEC recebeu o projeto até  
1354 escrito a mão na época, coisa que inclusive depois terá que discutir, porque isso é  
1355 previsto na Lei Aldir Blanc II, mas o cadastro passou a ser incluído nos editais do  
1356 programa Mais Cultura, porque a SEC entendeu que a partir do momento em que você  
1357 está cadastrado, todo aquele trâmite de documentação foi superado. A SEC não  
1358 precisa pedir mais RG, não precisa mais pedir portfólio, porque está tudo lá. Se você  
1359 já é um trabalhador da cultura habilitado, você só se inscreve no projeto, entra lá, diz  
1360 que que você quer fazer, aprova, tudinho. Os únicos anexos que você vai colocar lá  
1361 são os do seu projeto, e não mais de documentação. Por que isso? Porque a SEC tinha  
1362 um grande problema com pessoas reprovadas porque deixou um projeto incrível,  
1363 porque o cara esqueceu de anexar identidade ou comprovante de residência. Então  
1364 não dá para habilitar um projeto por conta de um comprovante de residência. Então, a  
1365 proposta é que continue. A SEC botou lá a questão do cadastro, o secretário também,  
1366 vai datar quando cadastro voltar, porque isso é uma solicitação da PGE, a PGE que  
1367 tem que dizer para a SEC “pode abrir novamente”, a SEC abrirá esse cadastro, vai  
1368 pedir que as pessoas atualizem seus cadastros, entrar lá, mudar portfólio se tiver que  
1369 mudar, botar novo endereço, novo telefone, tudinho, entendeu, é isso. **O presidente**  
1370 **Bonates chamou a conselheira** Lucimar e quanto a conselheira não se pronuncia,  
1371 vamos então pela ordem. A última inscrita, a sintética, minimalista e lacônica Jordânia.  
1372 **A conselheira Jordania Galdino disse** que essa verba que está chegando ela possa  
1373 ser contemplada para a periferia, para o interior, para a zona rural, bem colocado que  
1374 o conselheiro falou, realmente a zona rural também faz parte da cidade de Manaus e  
1375 que realmente- vocês possam vir mais vezes, dependendo de qualquer situação, ser  
1376 convocados para uma reunião extraordinária, porque a qualquer momento pode mudar  
1377 alguma coisa, sobre essa questão da lei. Tem que estar realmente a par para poder os  
1378 conselheiros de cada cadeira possam ajudar os seus pares, os artistas. Principalmente  
1379 aqueles do interior, que ele possa fazer tudo direitinho para que ele possa ser  
1380 contemplado e assim por diante. Pediu para verem também a setoriais, a ajuda de  
1381 custo, que o negócio está feio. **A conselheira Lucimar Marques perguntou ao**  
1382 **presidente Bonates** sobre a sua carta convite, que até agora não teve uma resposta,  
1383 ela entrou em pauta. Sugeriu, que mandassem técnicos para fazer oficinas de  
1384 montagem de projetos, iria ajudar muito. Porque, para o interior é muito mais difícil  
1385 saber montar um projeto, tem que ter orientação de pessoas que entendam do assunto.  
1386 Parabenizou o Mestre Camaleão e o presidente pelo dia da capoeira. **Presidente**  
1387 **Bonates respondeu que** tudo que envolve custo, não posso tomar uma decisão aqui,  
1388 tem que fazer a consulta ao secretário. Então, o que pode fazer, acha que amanhã  
1389 mesmo poderá lhe dar uma resposta, amanhã, no máximo até sexta-feira, a respeito  
1390 se terão condições de enviar os conselheiros para lá para sua atividade. **Conselheiro**  
1391 **Durand disse aos assessores que** houve um primeiro julgamento desses projetos,

1392 depois esses projetos foram enviados para esses outros avaliadores que são de fora.  
1393 Se você passou nesse primeiro momento aqui, com esse avaliador, por quê que  
1394 quando foi para o avaliador de fora, esse projeto que não deu continuidade? Quando  
1395 fala que a nossa realidade é uma, e realidade deles é outra, quando o conselheiro  
1396 sugere que não vá o nome do proponente, que vá apenas o nome do projeto para poder  
1397 ser avaliado, porque assim, diversos colegas nossos, inclusive, antes de ser  
1398 conselheiro, veio passando por todas as etapas. Quando foi para esses, não foi  
1399 aprovado, entrei com documento pedindo, encaminhou e-mail, até hoje não recebeu a  
1400 resposta da pessoa competente para dizer o que foi que aconteceu, o que foi que  
1401 pecou, o que foi que outras pessoas pecaram, para que possam estar melhorando  
1402 esses projetos. **A assessora Anne Paiva explicou** que o procedimento nos editais  
1403 tem duas análises, a análise técnica, a análise de habilitação que chama, por exemplo,  
1404 tem a documentação base? Tem o projeto? Necessita de orçamentos? Têm  
1405 orçamentos? Tem algum comprovativo relacionado ao projeto? Pronto, mas é cara,  
1406 crachá, se tem esse documento, é um check, é um ok. E aí depois vem a análise  
1407 realmente dos curadores, que chama de curadoria a segunda fase. Esse projeto é feito  
1408 assim, você tem dois curadores, o curador nacional, estadual e o curador local. Foi  
1409 encaminhado para os curadores ao mesmo tempo, um curador não tem acesso à  
1410 análise do outro, eles não veem. Não veem no sistema, não conseguem ver e não  
1411 conseguem ver o que o habilitador falou. Também tenho um acesso, porque é quem  
1412 responde recurso. Não vejo essas informações, não vê quem analisou, como analisou.  
1413 Então não é bem duas fases de curadoria, e sim uma, porque é remetido ao mesmo  
1414 tempo para eles, eles têm acesso a esse sistema no mesmo período. Em relação ao  
1415 currículo, **Thiago Hermido respondeu** que não, é do currículo, aquilo que foi  
1416 comentado. É meio delicado mais por conta de não saber exatamente se aquele  
1417 profissional vai dar conta daquilo. Então pode surgir vários projetos, inclusive de  
1418 repente aprovar alguém que nem é da área, por exemplo, mas assim, entende também  
1419 que se a pessoa está aprovada no cadastro da cultura, a SEC supera também essa  
1420 questão, se já foi aprovado lá, mas é algo que pode discutir, amadurecer de que forma  
1421 é melhor fazer. Tem um ponto que a Jordania com comentou, na Lei Aldir Blanc não  
1422 tínhamos ainda o Conselho de Cultura. E aí, o que a SEC fez? Criou uma comissão  
1423 com a Ordem dos Advogados, com a Defensoria Pública, abriu também para sociedade  
1424 civil, infelizmente poucas pessoas solicitaram para participar. Acha que duas pessoas  
1425 pediram para participar e depois uma pediu para sair. Então a SEC tentou criar uma  
1426 comissão, de certa forma, que fosse representativa ali da sociedade civil, para que ela  
1427 tivesse acompanhando as ações, tanto que reuniam quase que semanalmente, e essa  
1428 é a proposta. Hoje tem um conselho. Então, a é, de fato, está sempre atualizando os  
1429 conselheiros, sempre que possível, dos andamentos de todo aquele plano que a SEC  
1430 colocou ali posto, lógico, vai ver de que forma poderá fazer isso, porque como as  
1431 reuniões do conselho são ordinárias, não poderão estar fazendo sempre reuniões  
1432 extraordinárias, até porque existem muitas outras pautas do conselho para serem  
1433 tratadas. Irão tentar atualizá-las, que não seja de repente em uma reunião, com  
1434 documento, e aí quando tiver a presencial a SEC vem, faz uma atualização rápida,  
1435 breve, para não tomar tanto tempo também. Mas aí a proposta é que passam estar  
1436 atuando sempre, e atualizando sempre o conselho desse processo da Lei Paulo



1437 Gustavo, e daqui para frente isso vai ser sempre corriqueiro. **O presidente Bonates**  
1438 **informou que** ficou em suspenso a questão da proposta do Durand que concorda em  
1439 ser emendada com a questão da sugestão do Elson. Primeiro, então tem que aprovar,  
1440 tem um encaminhamento aqui. Primeiro, podem aprovar ou não a proposta e segundo,  
1441 como a operacionalização dela, em termos de custo, como é que vai ser feito e tudo,  
1442 se aprovada, deixar para essa próxima reunião que será discutida a questão do custo  
1443 para as setoriais. Já devido o avançar da hora, ainda vem os assuntos gerais,  
1444 concordam ou discordam da proposta? Então, a operacionalização dessa proposta  
1445 poderá ser discutida junto com a proposta de custo e de ajuda lá da setoriais. OK,  
1446 porque existe custo? O secretário não está aqui. Poderão também ver o dia logo hoje  
1447 também, para ver qual é o dia que farão a extraordinária, qual a data melhor para fazê-  
1448 la. Então, por isso que está dizendo aí que quer que tenha uma outra solução que é  
1449 formar uma pequena comissão e ir direto com o secretário, se aprovada a proposta  
1450 para ver como é que se operacionaliza isso, se tem, vai ter condições de  
1451 operacionalizar ou não. Tem uma outra proposta em cima do que você está colocando.  
1452 Poderiam fazer um expediente, sintetizando a proposta com suas opiniões e será  
1453 encaminhada essa proposta pronta, para ele dar prosseguimento a ela. **Thiago**  
1454 **Hermido respondeu que** mesmo que o secretário Apolo estivesse aqui ele não ia ter  
1455 essa resposta, não é nem com a equipe técnica, necessariamente da Secretaria. É  
1456 realmente SEFAZ, Governo, entender o que que ainda tem de recurso disposto para  
1457 essas viagens, entender quanto que é isso, não sabe se essa seria normal até o final  
1458 do ano ou se serão reuniões específicas para o plano, tipo: “Ah não, vamos fazer três  
1459 reuniões”. Porque estão falando de 62 municípios, seria os 62 municípios, todos os  
1460 conselheiros irem para os 62 municípios, seria mais ou menos assim, se tiver um  
1461 cronograma. **Presidente Bonates** entendeu que teria, por exemplo, Itacoatiara,  
1462 pegaria todos, chamaria representantes do entorno, ela seria uma cidade polo que  
1463 chamaria todo o pessoal que está em volta, seria mais ou menos isso. **Thiago Hermido**  
1464 **disse que** tendo tudo isso organizado, é até mais fácil de visualizar e de checar, a  
1465 proposta seria mais ou menos essa, porque ele não conseguiria também dar essa  
1466 resposta agora. E assim, como foi muito bem frisado, estão à beira de uma eleição, e  
1467 começar a discutir essas questões de recursos agora é muito complexo, mas, acredita  
1468 que, de fato, se estiver estabelecido, fica assim, se tiver já um montado quantas  
1469 reuniões seriam essas, onde seriam? Porque tem isso também. Uma coisa é ir para  
1470 Itacoatiara e juntar todos esses municípios. Uma coisa é ir para Manacapuru outra coisa  
1471 é ir para São Gabriel da Cachoeira, aí teria que ver se dá para ir com recurso, dá para  
1472 ir para casa civil, a casa militar, ajudar com avião, por exemplo, então, tudo isso pode  
1473 ser visto e para poder ter uma ideia, o município pode se comprometer em colaborar  
1474 com parte do recurso, talvez, dando hospedagem, alimentação. São coisas que tem  
1475 que ser pontuadas. Aí depois acaba vendo que talvez não seja tão custoso. Tendo isso  
1476 bem organizado, fica até mais fácil para o secretário falar que vamos conseguir, porque  
1477 lá está assim. Aquele negócio vai para cá, para lá. Terá um custo gigantesco. Uma  
1478 coisa que assustou muita gente na lei Aldir Blanc foi o valor que se paga para publicar  
1479 no Diário Oficial, então, imagina uma lista com sei lá quantos inscritos e páginas para  
1480 pagar, então, a SEC terá também um custo operacional que não vai sair da lei. Mas  
1481 felizmente já estava meio que contando com isso lá atrás e a SEC já estava meio que

1482 se organizando, entendendo que terá que fazer agora uma atualização, até para saber  
1483 como que vai operar, porque terá que pagar, curador, pagar os oficineiros, pagar todas  
1484 as ações que farão daqui para frente também vai ter que ter um recurso desse. Então,  
1485 quanto mais organizado tiver, melhor, por exemplo, a SEC, hoje, já conseguiu montar  
1486 todo o planejamento dela, já está certinho até o final do ano do que que precisarão para  
1487 fazer as ações: Festival de Teatro, Encontro de Cultura Popular. A única coisa que  
1488 ainda não está estabelecida 100% é o Natal, mas tudo já está meio que montadinho  
1489 com os seus recursos. Então, já sabe o quanto tem que solicitar à SEFAZ, porque assim  
1490 que acontece, junta tudo isso, bate lá na porta do cara, o cara “tá aqui”. Aí, tendo esse  
1491 plano, fica mais fácil de executar. **O presidente Bonates disse que** nessa carta,  
1492 poderiam fazer primeiro tipo ensaio isso, sendo em Itacoatiara, que é uma cidade bem  
1493 próxima, (conversas paralelas na sala). Não, seria essa parte de três cadeiras só.  
1494 (conversas paralelas na sala) porque vai ter o Festival Folclórico de Itacoatiara, eles  
1495 querem fazer logo após, como a operacionalização para Itacoatiara. E aí, nesse  
1496 expediente que será enviado, poderiam dar uma proposta de teto, para a partir dali ele  
1497 trabalhar em cima dessa proposta de teto (Elson falando sem microfone - inaudível).  
1498 Essa questão, está bem claro na cabeça do secretário. Pode colocar essa  
1499 argumentação no próprio expediente que será enviado. É, pode gerar vedação também  
1500 (conversas inaudíveis na sala) pode ser entendido como propaganda governamental,  
1501 tem que tomar cuidado com isso. **A conselheira Jordania Galdino disse** que todas  
1502 as cadeiras poderiam sim ir para o interior, para essas reuniões setoriais, como  
1503 acontece com os 2 conselheiros de virem para cá para Manaus. Por exemplo,  
1504 Itacoatiara, que tem vários municípios ao redor e que essas pessoas venham. O  
1505 Festival de Teatro da Amazônia, já está dizendo que é um carro chefe, que a FETAM  
1506 gere junto com o estado, quer botar no plano estadual para que todos os municípios  
1507 possam ser contemplados, na questão de trazerem o trabalho deles do interior.  
1508 Informou que está trabalhando isso com o interior pela internet, está tentando fazer  
1509 com que eles comecem a produzir nos interiores. O presidente da FETAM, Francis  
1510 Madson fez um formulário online para que eles possam começar a cadastrar esses  
1511 trabalhos, para já participarem do festival desse ano. Então, é preciso que também vá  
1512 para esses municípios, como aconteceu em Novo Airão, que lá não tem teatro, mas  
1513 precisa ser fomentado o teatro lá, consegui ir para 5 municípios sem apoio do governo,  
1514 foi Manacapuru, ajudou a instalar o conselho municipal, está na postagem, foi o próprio  
1515 prefeito que mandou a sua estadia para ir para lá e voltar e aquela coisa toda, aquela  
1516 questão da parceria, e ainda convidou o conselheiro para ir, mas ele não pôde, então  
1517 assim, vai depender muito da agenda de todos aqui, só quer fazer um trabalho que  
1518 realmente vá para os 62 municípios, precisa desse apoio. Assim como o conselheiro  
1519 deve ter também as ações dele e cada um tem os seus porquês. É conselheira do  
1520 Estado do Amazonas, não é conselheira de Manaus, conselheiro municipal já tem lá  
1521 um representante. Que possam ver isso com muito carinho. **O presidente Bonates**  
1522 **perguntou se os conselheiros** Elson e Durand concordam com o encaminhamento  
1523 que foi dado sobre o expediente para tentar fazer isso acontecer mais rápido possível  
1524 (conversas inaudíveis). **Conselheiro Durand disse que tem que ir lá** conversar e  
1525 mostrar para ele essa realidade de... (conversas paralelas na sala), dar um abraço que  
1526 ele está tão badalado na mídia falada, escrita, televisada, taquigrafada. **O presidente**

1527 **Bonates pediu que o conselheiro faça um documento. O conselheiro André**  
1528 **Durand pediu para** que o conselheiro Elson redija essa proposta para levar até ele,  
1529 baseado em sua vivência com as quadrilhas de Santa Isabel. **ASSUNTOS GERAIS:**  
1530 **presidente Bonates informou que foi formada uma comissão** para analisar as  
1531 propostas que estão saindo das setoriais. Precisam, dentro de... marcar...(falha no  
1532 audio) está acontecendo uma falta de entendimento na formulação de propostas, 90%  
1533 das propostas que foram encaminhadas, são propostas imediatas e de governo  
1534 mesmo. Citou um exemplo, fomento para um festival que vai acontecer, tem que pensar  
1535 nas propostas que são 10 anos e tem umas outras que não é competência do plano,  
1536 por exemplo, que a SEC teria que fazer um concurso de 3 em 3 anos para suprir o seu  
1537 quadro. Só está mostrando que são propostas que não cabem, quem abre concurso  
1538 para as secretarias é a SEAD, o Governo que vai dizer se tem orçamento, se não tem  
1539 orçamento para contratar gente, tem a criação de uma lei, tem que sentar um  
1540 pouquinho, a sugestão é que, como as compilações que nós fizemos dos planos, aquele  
1541 último plano, mais recente, que se a memória não falha é de 2020, tem ali as metas,  
1542 tem a proposta de 2018, tem as metas, as propostas e suas metas. Aí essas são as  
1543 coisas mais concretas, de fato de longo alcance. Sugeriu marcar um dia para um bate-  
1544 papo mesmo, pode ser até online, para resolver isso aí. **O secretário geral pediu para**  
1545 **registrou** a carta de desincompatibilização da conselheira suplente Michele Barbosa  
1546 Andrews, que assumiria a vaga agora do conselheiro titular Geliel, mas pediu a carta  
1547 de afastamento em função do período eleitoral, é candidata a deputada estadual.  
1548 Ratificou o convite da conselheira Lucimar Marques, sobre o evento o 32º Festival  
1549 Folclórico de Barreirinha acontecerá dia 25, 26 e 27 de agosto. Ela expede essa carta  
1550 convite tanto ao secretário de cultura, quanto ao presidente do conselho Marcos Apolo  
1551 Muniz para que todos os conselheiros, tanto do poder público, quanto da sociedade  
1552 civil, possam estar presentes. Então ela pede, também aí é mais uma demanda de  
1553 recurso, já está encaminhado ao presidente para que ele tome as devidas providências.  
1554 É 25, 26 e 27 de agosto agora, final do mês. E a terceira proposta a ser apresentada é  
1555 de roda de debates com os candidatos ao Governo do Amazonas. Pediu apoio das  
1556 pessoas, dos conselheiros, porque gostaria que fosse apresentada as propostas de  
1557 governo dos candidatos para a área da cultura somente. Alguém até questionou em  
1558 outras áreas, mas ficaria muito demorado, não irão tratar de saúde, nem de segurança  
1559 pública aqui no CONEC que é da cultura. Então a ideia central seria convidar os  
1560 candidatos ao governo para apresentar à comunidade artística e os fazedores de  
1561 cultura as suas propostas na área de cultura. **O conselheiro Michell Mello** disse que  
1562 na reunião anterior, solicitou que tivesse uma moção de aplausos e um reconhecimento  
1563 em homenagem ao Dia Internacional da Fotografia, que é agora no mês de agosto, dia  
1564 19 e o presidente achou legal que seria feito um primeiro evento do CONEC. Solicitou  
1565 que pudessem articular isso junto à assembleia, com um representante da assembleia,  
1566 dentro da Comissão de Cultura e fizessem a homenagem a alguns fotógrafos que já  
1567 contribuíram para dentro da cultura e dentro de outros nichos da fotografia. Fez uma  
1568 listagem e ele pediu que documentasse isso, trouxe o documento, está aqui trazendo  
1569 o documento com os nomes listados para que possam fazer e articular isso até a data,  
1570 verificar com a assembleia também a disponibilidade. **O presidente Bonates informou**  
1571 **que isso terá que ser encaminhado**, quem indica é um deputado. **O conselheiro**



1572 **Michell Mello disse que** já tiveram uma tratativa, ele já deu uma certa indicação. Aí,  
1573 trouxe o documento para passar ao presidente. **O conselheiro Elson Rocha disse**  
1574 **que** finalizaram o Festival Folclórico do Amazonas e algumas da solicitação que foi  
1575 feito aqui através da cadeira do folclore foram atendidas. Tiveram uma estrutura muito  
1576 maravilhosa, a melhor estrutura que Festival Folclórico já recebeu, e os folcloristas  
1577 ficaram muitos felizes, porém, estão ainda carregando o mesmo problema que o  
1578 Festival Folclórico do Amazonas precisa avançar, o principal de uma competição, são  
1579 os avaliadores, jurados, completamente influenciados, jurados que infelizmente, não é  
1580 infelizmente, na verdade é, Manaus, o Amazonas precisa avançar e seguir o que o  
1581 Brasil todo faz. Não temos condições mais de ter jurado daqui, que em janeiro, fevereiro  
1582 e março, era coreógrafo de uma dança e depois ele passa a ser jurado. Gente, esse  
1583 amadorismo, 64 anos de festival, precisam avançar e precisam entender que o festival  
1584 é idoso, porém não caduco. Então, é preciso ter um entendimento que na hora de  
1585 avaliar o Festival Folclórico do Amazonas possam ter, no mínimo, pessoas que estejam  
1586 ali de forma igualitária, que possa julgar essas danças com qualidade. **O conselheiro**  
1587 **André Durand quer** atentar para moção para consulta informal, que o presidente pediu  
1588 para ler o termo de entrega do documento que é a carteirinha e aí diz assim: *nessa*  
1589 *data, está ciente que esta carteirinha é pessoal e intransferível, poderia usá-la para me*  
1590 *identificar como conselho estadual de cultura, tanto nos espaços administrados pela*  
1591 *Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas, quanto em outros*  
1592 *locais não administrados pela SEC. No último parágrafo, diz: declaro ainda que a*  
1593 *carteirinha não garante acesso aos espaços administrados pela Secretaria de Estado*  
1594 *de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas, e depois, devendo o pedido*  
1595 *de acesso ser comunicado previamente ao secretário geral do CONEC. Questionou*  
1596 *qual é a validade dessa carteira para os conselheiros. Se ainda vou ter que ficar refém*  
1597 *de ter que comunicar, se ela o gabarita no primeiro parágrafo, e no segundo parágrafo*  
1598 *ela diz que já não pode. Está meio contraditório, pediu esclarecimento. E a outra*  
1599 *situação é apresentar aqui um pedido de moção de aplausos pelo dia 22 de agosto,*  
1600 *que se aproxima, que é o Dia do Folclore. E essa moção de aplauso seria aos*  
1601 *folcloristas do Estado do Amazonas e que, como mediador, seja convidado o deputado*  
1602 *atuante na área, Adjuto Afonso, que ele possa ser esse mediador pelas ações de*  
1603 *fomento ao segmento do folclore como um todo no Estado do Amazonas. Essa seria a*  
1604 *sua moção. Mestre Camaleão agradeceu os colegas, fez um esclarecimento sobre*  
1605 *o Dia do capoeirista. Cada estados brasileiros tem uma data específica. E aqui no*  
1606 *Amazonas é no dia 10 de julho, onde também é o dia da Abolição da Escravatura no*  
1607 *Amazonas, que foi o segundo estado a abolir a escravatura no Brasil, o primeiro foi o*  
1608 *Ceará. E aqui, tem o Dia da Capoeira e não tem o Dia do Capoeirista, nem a nível*  
1609 *nacional. O que aconteceu foi uma pequena confusão que alguns capoeiristas fizeram*  
1610 *alguns anos atrás aí, há cerca de 7 anos fizeram homenagem a um mestre do Rio*  
1611 *Grande do Sul e escolheram a data do 3 de agosto porque é aniversário desse mestre*  
1612 *e isso acabou se disseminando pelo Brasil todo e algumas pessoas acabam falando*  
1613 *que é o dia do capoeirista. Fica muito contente pelas parabenizações, mas tem que*  
1614 *esclarecer o que acontece com essa data, sendo que o Dia da Capoeira aqui no*  
1615 *Amazonas é o dia 10 de julho. O presidente Bonates destacou que no dia 10 de*  
1616 *julho fizeram uma manifestação no domingo na Eduardo Ribeiro, botaram um palanque*

1617 e isso daí não saiu na mídia. **André Durand pediu o** apoio da SEDUC se conseguisse  
1618 levar esse projeto piloto até Itacoatiara, que seja feita uma tratativa no dia 7, com a  
1619 coordenação local para que essa reunião seja naquele espaço e que o secretário  
1620 também possa articular junto a estrutura da SEC, a questão da alimentação. Mas o que  
1621 quer de fato seria somente a logística de ônibus, de transporte ou hotel bem simbólica  
1622 que ficou, mas como é um bate volta que pode sair um dia antes, só faz só uma diária,  
1623 dialoga com todo esse segmento e faz esse momento, é um sentimento do atual  
1624 secretário de cultura fazer com que realmente essa cultura floresça e chegue nos  
1625 pontos mais longínquos. E quando traz a questão rural, esse povo fomenta realmente  
1626 a cultura como um todo. **O secretário geral** parabenizou o conselheiro Elson Rocha  
1627 pela sua brilhante atuação lá em no Festival Folclórico de Santa Isabel, ele  
1628 compartilhou um áudio, com a própria secretaria de cultura, e em sua fala é possível  
1629 visualizar o tamanho da gratidão por uma coisa assim que era fora de série. Citando  
1630 aqui o Harrison Ford, o Henry Ford. Com relação à fala do conselheiro André realmente,  
1631 a carta do termo de entrega do documento, sempre pede que comunique até antes à  
1632 Secretaria, o secretário, pelo menos para poder tomar ciência dos termos. E realmente  
1633 tem observado no restante do país que os conselheiros estaduais de cultura, têm  
1634 acesso alguns estados tem acesso livre a espetáculos, ao próprio teatro e aqui sempre  
1635 parece que tem uma cerca de jurubeba impedindo, não sabe por que, são espaços  
1636 públicos. Outra vez defendeu um cidadão que entrou no espaço e foi expulso porque  
1637 tinha que ter uma autorização, uma permissão não sei de quem mais. Algumas  
1638 pessoas, os gestores de espaços, querem ter os espaços como a sua casa, a sua  
1639 propriedade. Não está dizendo que pode chegar lá entrando, meter o pé na porta e  
1640 entrar. Não, não é isso. Mas os conselheiros são reconhecidamente empossados e  
1641 eleitos, deveriam ter um acesso e quando se restringe muito, não sabe qual o motivo  
1642 de tantos esconderijos porque o espaço é público, ninguém vai entrar no teatro para  
1643 quebrar, até porque se assim o fizer vai responder até criminalmente. É importante que  
1644 refaça esse termo aqui para que não fique tão agressivo. **O presidente Bonates disse**  
1645 **que o** próprio secretário vai responder isso. Se quiser assistir a um espetáculo no  
1646 Teatro Amazonas ou quiser mandar algum convidado seu, tem que comunicar primeiro  
1647 para ver se tem uma vaga, se já não foi vendido o ingresso, porque, embora, tenham  
1648 acesso livre ao teatro, fala para o cerimonial e o cerimonial “Secretário vai precisar  
1649 assistir espetáculo tal?”, “Sim”, “não”, porque a vaga pode ser cedida para outra  
1650 pessoa. A sua frisa, por exemplo, frisador do Apolo, se não tiver, se não forem para o  
1651 espetáculo aquilo ali pode ser ocupado por outras pessoas, não vai ficar fechado lá, o  
1652 Cândido faz isso e o próprio Apolo faz isso. Não é uma questão de barrar, é uma  
1653 questão de operacionalidade. Uma outra coisa é quem tem acesso livre a qualquer  
1654 espaço da Secretaria, seja administrativo ou não. Só tem 3 pessoas que tem esse  
1655 acesso, o Apolo, ele e o Cândido, todo mundo comunicam antes, por exemplo, no  
1656 Teatro Amazonas, tem que avisar quando chega lá com o carro para estacionar, tem  
1657 que avisar antes, estou indo aí fazer uma visita no teatro, já separam a sua vaga para  
1658 estacionamento, essa é uma questão de operacionalidade. Agora, se chegar lá “Ó, eu  
1659 sou conselheiro”, quero estacionar meu carro aí no Teatro Amazonas por que eu vou  
1660 para reunião aqui no Palácio da Justiça”. Se não falar antes, ao chegar lá, você não  
1661 terá vaga para estacionar. Agora não existe nem a intenção, não é barrar, é questão

1662 de operacionalidade. Aqui, por exemplo, não pode chegar, está tendo uma companhia,  
1663 aluga o espetáculo, chego lá e vou entrando, eu vou assistir, não é assim. Tem que  
1664 comunicar antes. **O conselheiro Durand** (Inaudível) disse que no primeiro parágrafo o  
1665 termo o credencia, aí no segundo parágrafo já o descredencia desse bem feito que  
1666 conquistou. Os conselheiros estaduais de Boas Vista, os conselheiros de cultura de  
1667 Boa Vista, tem status de secretário, os conselheiros da sociedade civil. Pode isso aí,  
1668 no primeiro parágrafo, no segundo, ele já disse que não pode. Então, é contraditório,  
1669 não estão aqui mendigando para assistir um espetáculo, primeiro que não vai sair da  
1670 sua casa para vir para o Teatro Amazonas assistir um espetáculo. Isso aí é fato. O que  
1671 está querendo aqui é que se chegar no Cláudio Santoro para ver aqueles professores  
1672 “não formados” dando aula, não vai poder assistir? Com certeza não. Isso foi só um  
1673 exemplo. E outra, se é uma credencial, está tendo essa reunião, um caso adverso  
1674 chegar ali, apresentar a credencial, não se pode estacionar? É só como o secretário  
1675 falou, é, pedir uma reformulação no documento. É porque o presidente foi bem taxativo  
1676 “Leiam” e quando lê, quem é um letrado nas entrelinhas encontra as falhas e aí cabe  
1677 um recurso e aqui não vai, não quer fazer um recurso, é só questão de entendimento.  
1678 **O presidente Bonates explicou que a Lei** estabelece não colocar, foi citado o  
1679 exemplo de Boa Vista, não coloca o conselheiro como o status de secretário, segundo,  
1680 nessa Lei, o conselho é uma instância consultiva e deliberativa, só isso. isso não  
1681 impede que o conselheiro vá ao teatro assistir uma aula. Agora tem que falar, só isso.  
1682 É uma questão de ordenamento, por exemplo: vou pegar um material lá no Teatro  
1683 Amazonas, quando eu fui eu sou fotografado, eu sou fotografado na entrada, pegando  
1684 material e na saída, porque isso evita problemas. Como é que aconteceu? Vocês  
1685 conhecem o Jorge? Já ouviram falar do Jorge Bonates? Era primo do seu pai, foi desde  
1686 de varredor até administrador do teatro, quando foram fazer a reforma aqui do teatro,  
1687 ele anotava só no livro aqui “desembargador tal fulano de tal veio aqui pegou umas  
1688 cadeiras”, “fulano de tal pegou isso... e tal peça está no salão do Rio Negro”. Não está  
1689 dizendo que irão fazer isso independentemente, mas vê como é que é, ficou registro.  
1690 Quando for fazer a reforma: “Olha, isso aqui está em tal canto”, “Isso aqui está naquele  
1691 canto”. Então, se for colocar no lado da empresa de segurança, o segurança está  
1692 fazendo o trabalho dele. Ele não vai impedir de pegar. “Eu fui pegar 2 microfones lá,  
1693 cheguei na portaria, assinei a cautela que eu estava levando coisa, fui fotografado  
1694 pegando as coisas. Aquilo é uma segurança para eles e para mim”. É só isso. (**André  
1695 Durand inaudível**). Não é cercear o direito do acesso. (**André Durand inaudível**). Uma  
1696 credencial não tem que ter um limite? (**André Durand inaudível**). É isso que o  
1697 documento fala, pois não redigiu o texto e também não viu antes, desculpou-se. **A  
1698 conselheira Jordania Galdino perguntou ao presidente o** que seria esses espaços  
1699 administrativos, administrados que está escrito aqui, espaços... (falha técnica) está  
1700 dizendo aqui no segundo que o conselheiro está questionando também, espaços  
1701 administrados pela Secretaria de Cultura. Por exemplo, isso é uma denúncia, que ainda  
1702 vai averiguar, que não sabe nem se essa carteira tem acesso a sua entrada lá, é uma  
1703 denúncia, que todos os conselheiros recebem de alunos do Cláudio Santoro dizendo  
1704 que tem uma carta, mandaram para o e-mail e aí disse, “**olha, eu ainda tô com negócio  
1705 de carteira e tal**”, porque quer uma coisa mais formal. Aí, “**conselheira, eu quero que a  
1706 senhora vá lá para conhecer o espaço do Teatro Jorge Bonates**”, que fica ali do Santo

1707 Antônio, perto da Compensa, o curso de teatro que estavam fazendo não existe mais.  
1708 Tiveram que ir para o Sambódromo, ficou inviável, sem passagens de ônibus, sem  
1709 nada. **O presidente Bonates disse que essa é uma** questão administrativa que  
1710 compete à SEC. O que pode fazer, não é ir lá e ficar “por que isso”. Você vai, como  
1711 conselheira, se você quiser fazer um expediente para o secretário, você faz ou pede  
1712 uma audiência com secretário e vai cuidar “olha, tá acontecendo isso, o que que nós  
1713 podemos fazer para ajudar”? Porque as pessoas simplesmente não vão pegar e dizer  
1714 assim, “remaneja daqui para lá” sem ter um motivo, porque se fizesse isso a SEC seria  
1715 casa de Noca. Então tem um ordenamento que todo mundo tem uma competência. **A**  
1716 **conselheira Jordania Galdino reforçou que** eles fecharão o espaço do Jorge  
1717 Bonates, por falta de demanda. **O presidente Bonates reforçou que enquanto**  
1718 **conselheira poderá** conversar com o secretário, se o secretário poderá indicar para  
1719 conversar com a pessoa que é responsável pelo teatro, porque que ela está fazendo  
1720 aquilo, só isso. Ninguém está te cerceando o direito de fazer. **A conselheira Jordania**  
1721 **Galdino disse que muitos desses espaços estão** sendo reformados. **O presidente**  
1722 **Bonates esclareceu que** precisam ter bem claro na cabeça que a questão  
1723 fundamental da existência desse conselho é de formulação de políticas públicas, essa  
1724 que é a função primordial que só isso já ocupa o tempo dos conselheiros. Questões  
1725 administrativas que é esse caso, denúncias, alguma coisa, é só... ou faz por escrito e  
1726 encaminha, porque a SEC que vai ter que resolver isso. **A conselheira Jordania**  
1727 **Galdino perguntou se** no caso de ir visitar esses espaços, terá que realmente  
1728 confirmar. Então o conselheiro não tem acesso nenhum com essa carteira. **O**  
1729 **presidente Bonates relatou que o secretário por falta de tempo em sua agenda,**  
1730 delegou a ele fazer uma visita em todos os espaços e amanhã irá à Central de  
1731 Produção, terá que comunicar que vai lá. Porque a sua intenção em ir lá é escutar o  
1732 que os funcionários têm para dizer etc e tal, não é para ver se o banheiro está quebrado,  
1733 descarga, essa coisa toda que todo mundo que trabalha em serviço público, até no  
1734 prédio, sabe que sempre vai ter reclamação, mas irá lá para escutar, então, avisará  
1735 “olha, eu estou indo fazer uma visita” Pronto, o diretor do local está a sua espera para  
1736 conversar. **A assessora Anne Paiva disse que é** interessante lembrar que, por  
1737 exemplo, quando o Ministério Público faz alguma visita na Secretaria ou Tribunal de  
1738 Contas, que são órgãos fiscalizadores, eles encaminham documento anteriormente  
1739 solicitando o acesso público. **O assessor Thiago Hermido ressaltou que conversar**  
1740 no deboche por mais 4 reais, não entende onde isso acrescenta no bate-papo. De  
1741 repente poderão tentar reformular melhor esse entendimento. Mas quando o  
1742 conselheiro vai, tem a finalidade, até porque vai, “não, eu de fato sou conselheiro de  
1743 cultura, eu de fato agendei, tá aqui a minha carteirinha, vou ter acesso”, porque pelo  
1744 que entendeu, mesmo os conselheiros indo nos lugares informado, tinha essa  
1745 dificuldade porque não tinham como se identificar então a identificação, na realidade,  
1746 é essa. Não sabe se a ideia era de crachá, de poder passar na recepção e achar que  
1747 não é isso também. Não sabe também se essa é uma atribuição que desejam em  
1748 relação à participação dentro dos... É realmente, não consegue entender, mas assim,  
1749 uma dúvida mesmo para tentar melhorar esse documento e até a compreensão da  
1750 própria carteirinha. Porque a finalidade lá atrás, além dessas questões de identificação,  
1751 porque, por exemplo, a Anne não vai bater na porta do cara da OAB lá com a carteirinha

1752 dela, nem na Secretaria, por exemplo. Mas assim, a ideia mesmo é tentar criar qualquer  
1753 projeto, proposta é deixar bem mais claro mesmo, porque senão, cria essas dúvidas. É  
1754 legal entender qual é a real finalidade, o que que de fato gostaria que essa carteirinha  
1755 atendesse, para de repente está nesse documento. E aí todo mundo concordar e  
1756 aceitar, sempre no diálogo para tentar não atrapalhar ninguém. É essa a ideia. Mas  
1757 assim, se não era essa proposta da carteirinha, por exemplo, o secretário mesmo falou  
1758 que ele pretende.... Isso vai depender de várias circunstâncias, tentar validar essa  
1759 carteirinha para outras atividades, inclusive do próprio conselheiro. Mas várias outras  
1760 propostas que forem surgir, mas assim, em princípio pensava que era uma questão de  
1761 identificação mesmo, de confirmar quem você é, porque, por exemplo, o Nivaldo uma  
1762 vez falou que ele chegou aqui e aí o cara não queria deixá-lo entrar porque não  
1763 acreditava que ele era conselheiro de cultura. Então, aí ele foi e mostrou, tinha impresso  
1764 o decreto. Aí o que que o cara faz com a carteirinha? “não, pô, sou conselheiro”. É mais  
1765 essa questão. **O conselheiro Bosco relatou que com o avançar** do horário, perdeu  
1766 seu ônibus para voltar para Itacoatiara, não tem jeito, porque tem que chegar na  
1767 Rodoviária e sua passagem era para as 19:00h, não conseguirá chegar lá. Então, pediu  
1768 que nas próximas reunião do conselho tentassem fazer até o horário, porque sempre  
1769 será prejudicado. **O conselheiro Joníferson Vieira** corroborou com a fala do  
1770 conselheiro Durand, porque acha que não é uma questão da funcionalidade real da  
1771 carteira, acha que foi uma questão dele está avaliando o documento que assinou e  
1772 realmente se o parágrafo fosse invertido, que dissesse que precisa se uma questão só  
1773 de classificação, coloca o primeiro, esse parágrafo antes, entenderia que precisa se  
1774 identificar primeiro, pedir lá, comunicar que vai a essa praça, esse local e depois  
1775 dizendo que essa carteira os identifica como conselheiro. É mais a questão do  
1776 documento e não é a questão do que foi feito, é a estrutura do documento em si.  
1777 Entendeu o que o conselheiro Durand quis colocar, mas o seu bom senso viu que  
1778 realmente foi uma questão de troca de parágrafo, porque se colocar o primeiro  
1779 parágrafo e os digam que precisam se identificar ou comunicar antecipadamente que  
1780 vai até o local, e depois no outro parágrafo diz que a carteira serve para chegar lá, “olha  
1781 eu sou conselheiro também”. **O presidente Bonates** Acha que não é nem preciso  
1782 colocar isso que tem que se identificar para o local, que isso é uma questão de  
1783 operacionalização. Não teve acesso ao texto, foi pedido para que fosse distribuído a  
1784 carteira hoje. A sua única inserção nessa questão que a Symone ligou “olha, as  
1785 carteiras estão prontas, é para distribuir hoje?” Conversou com o secretario Apolo,  
1786 pediu autorização para distribuir hoje e ele disse: “não, distribui”. O secretário também  
1787 não teve acesso ao documento. **O conselheiro Joníferson disse que** por outro lado,  
1788 teve uma experiência de 17 anos em outro conselho e que a carteirada era dada e  
1789 realmente isso não é legal. Em outro conselho as pessoas utilizam a carteira para dar  
1790 essa carteirada que as pessoas falam, então são situações que realmente, foram  
1791 discutidas e ficou muito claro para todos. **presidente Bonates disse que** acatará a  
1792 sugestão e reformulará o texto. Essa discussão que tiveram aqui, esse esclarecimento  
1793 foi bom até para que todo mundo e que seja repassado como é que funciona. Assim,  
1794 sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a presença  
1795 de todos e deu por encerrada esta sétima sessão ordinária, pedindo ainda que seja  
1796 providenciada ata e encaminhada minuta aos conselheiros para leitura, a qual será



1797 aprovada no expediente das próximas reuniões, com posterior encaminhamento para  
1798 o arquivamento na Secretaria Geral do CONEC, visando o registro dos arquivos do  
1799 Conselho.

**LUIZ CARLOS BONATES**  
Presidente – 7ª Sessão Ordinária

**EVERALDO BARBOSA**  
Secretário Geral

Lista de presença de Conselheiros:

**De forma presencial:**

1. Vice-presidente Luiz Carlos Bonates
2. Conselheira Titular Jordânia Damasceno Galdino (Cadeira Teatro)
3. Conselheiro Titular Michel Mello (Cadeira Artes Visuais e Novas Mídias)
4. Conselheiro Titular Marcos André Durand Pereira (Cadeira Dança)
5. Conselheiro Titular João Bosco Borges Ferreira (Rep. Municípios)
6. Conselheiro Titular Elson Silva da Rocha (Cadeira Folclore e Carnaval)
7. Conselheiro Titular Wellisson Brito Batista (Cadeira Cultura Afrodescendente)
8. Conselheiro Titular Everaldo dos Santos Barbosa (Cadeira Música)
9. Conselheiro Titular Joniferson Vieira da Silva (SEDUC)

**De forma remota:**

10. Conselheira Titular Rosângela López Alanis (SUFRAMA)
11. Conselheiro Titular Marcos Vinícius Cardos
12. Conselheiro Titular Vanderley Pinheiro (Cadeira Circo)
13. Conselheiro Titular Prof. Me. Fabiano Cardoso de Oliveira (UEA)
14. Conselheiro Titular Max Deulen Baraúna Nogueira (Cadeira Literatura)
15. Conselheira Titular Lucimar Bezerra Marques (Cadeira Cultura Popular)
16. Conselheira Titular Vanderlécia Ortega dos Santos- Cultura Indígena,

**Convidados:**

17. Anne Paiva - Assessoria jurídica da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC
18. Thiago Hermido da Silva - Assessor
19. Adail Munduruku (Cultura Indígena)
20. Clara Luiz da Silva Cabral – SEJUSC
21. Carlos Eduardo Souza de Andrade (Folclore e Carnaval)

**Suplentes online:**

22. Conselheiro Suplente Ayslan Nascimento de Almeida (Cultura Afrodescendente)
23. Conselheiro Suplente Manoel Frank Silva de Matos (Cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica)
24. Conselheiro Suplente Álvaro Serrão Monteiro (Cadeira de Teatro)

**Ausência Justificada:**

1. Conselheiro (Suplente) Giovanni Miranda – Sec. de Est. de Justiça, Dir. Hum. e Cidadania- SEJUSC
2. Conselheira Titular Karla Suellen Paiva Surrage (ALEAM)
3. Conselheira Suplente Isadora Alfaia de Melo (AMAZONASTUR)
4. Conselheira Titular Cristina Helena Maia de Oliveira (SEFAZ)





**Equipe de Apoio ao CONEC:** Symone Farias – Analista Administrativa; Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa; Vanuza Santos – Assistente Administrativa; Adrian Santos - Estagiário; Sofia Vasconcelos- Estagiária.

